



Carta Capital

MUITO MAIS DO QUE

20 CENTAVOS

AS MANIFESTAÇÕES DE

2013

E SUAS CONSEQUÊNCIAS

EDITORA
CONFIANÇA

cartacapital.com.br

**DOWNLOAD
GRATUITO**



A explosão das ruas continua a espalhar seus estilhaços

Vai demorar anos, talvez décadas, até os especialistas entenderem o significado das manifestações iniciadas em junho de 2013 e suas consequências. É possível que nunca compreendam. Não é fácil, no calor do momento, descrever com precisão o espírito de um tempo. Como um protesto localizado contra o reajuste das tarifas de ônibus em São Paulo, reprimido com violência pela Polícia Militar, funcionou como rastilho de pólvora e despertou insatisfações seculares ou conjunturais represadas Brasil afora? O quanto esse movimento, aparentemente progressista, abriu as portas das ruas para os grupos reacionários e antipopulares que mais tarde se apropriariam delas e impulsioniariam as manifestações a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff? Mais: por que essa insatisfação explodiu como um grito desesperado depois de

uma década na qual o País experimentou um raro instante de crescimento econômico associado a uma pequena, mas consistente distribuição de renda?

Esta coletânea tenta, a seu modo e com seus limites, contribuir para a reflexão daquele momento histórico. Reúne a maior parte da cobertura jornalística que honra *CartaCapital*. Enquanto a maior parte dos meios de comunicação foi hostilizada durante os protestos, a revista teve seu trabalho respeitado, quando não acolhido, por aqueles que ocuparam as ruas. A diferença de tratamento deve-se a um ponto fundamental: esta publicação esmerou-se em entender o movimento, analisá-lo, em vez de instrumentalizá-lo.

Nunca a manipulação da mídia brasileira ficou tão patente. Quando os protestos se restringiam à bandeira do transporte

público, tema popular, os manifestantes foram tratados como baderneiros. Os principais jornais do País, em editoriais, defenderam abertamente a repressão violenta da polícia, embora ela tenha atingido seus próprios profissionais. No momento em que a pauta se tornou difusa e incorporou o *slogan* alienante “contra tudo e todos”, os meios de comunicação enxergaram uma oportunidade única de fustigar o governo de Dilma Rousseff. De repente, a baderna virou um movimento patriótico e apartidário, louvado em prosa em verso por quem antes o atacava. No mesmo embalo, os protagonistas das ruas mudaram. O Movimento Passe Livre, primeiro a protestar, perdeu o controle da organização e acabou relegado a segundo plano. Instalou-se a divisão no Brasil. O resto é História. •

São Paulo, 13 de junho de 2017.

Reportagem de capa

ED. 754

PUBLICADO EM 26
DE JUNHO

2013



A MASSA, INCONTROLÁVEL

Protestos Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos

por ANDRÉ BARROCAL E RODRIGO MARTINS



Rio de Janeiro

ESQUERDISTAS utópicos e ingênuos. Radicais agressivos e violentos. Desde o início de junho, não faltaram rótulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) para tomar as ruas do Brasil. Boa parte dos que outrora vociferaram contra os protestos agora celebra as manifestações. Alguns dos críticos, por tardia conscientização ou oportunismo político, passaram a acenar à distância com simpatia ou a engrossar o caldo. O êxito dos jovens rebeldes é inegável. Dezenas de municípios revogaram o reajuste ou diminuíram o valor das passagens de ônibus. Os dois maiores focos de resistência, São Paulo e Rio de Janeiro, cederam aos apelos das ruas na quarta-feira 19.

A capitulação das metrópoles parece, porém, incapaz de satisfazer o apetite da moçada. “A tarifa baixou, mas decidimos manter o ato programado para quinta-feira 20.

Tínhamos de celebrar as recentes conquistas, apoiar o movimento de outras cidades e prestar solidariedade aos presos, detidos ou processados”, explicou Caio Martins, de 19 anos, estudante de História na USP e integrante do MPL paulista. Poucos se arriscam a um prognóstico seguro sobre o fim da mobilização nas ruas. Enquanto a vitória era celebrada pelos paulistanos, ruidosas manifestações se multiplicaram por mais de 80 cidades, entre elas 20 capitais.

Passada a turbulenta gestação, todos parecem interessados em abraçar o bebê e carregá-lo em seu colo. Os integrantes do MPL apresentam-se como apartidários, mas não antipartidários. São militantes de esquerda, dizem, irritados com os “parasitas” interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O MPL mantém, porém, o discurso da unidade em torno da questão do transporte público. “Cada grupo carrega

suas reivindicações. Mas o que nos une é a bandeira da redução das tarifas”, avalia o estudante Matheus Preis, uma das principais lideranças, embora não se reconheça como tal, dado o caráter horizontal do movimento criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial. “Na segunda-feira 17, havia muitos manifestantes com perfil direitista e nacionalista. Mas no dia seguinte isso perdeu a força, notou?”, pergunta, não tão seguro.

A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil. “Tá fazendo o que aqui, nacionalista imbecil?” Pelo Facebook, grupos à esquerda tentavam separar o joio do trigo: “MPL, sim. Direitas Já, não”. Na contramão, boa parcela daqueles que pregavam o “fechamento do Congresso” e a rejeição aos “políticos corruptos” tentou retirar à força as

Reportagem de capa

bandeiras de partidos presentes no ato, até mesmo daqueles sem relação com o governo federal e essenciais para o sucesso inicial das manifestações, como PSTU, PSOL e PCO. “Oportunistas! Vão pra Cuba, pra Venezuela”, berram os reações de plantão. A multiplicação de demandas diferentes, várias delas contraditórias, e a adesão de manifestantes de primeira hora provocaram um caos ideológico e tendem a impulsionar a mobilização popular.

Militantes petistas também enfrentam antipatias. “O pessoal pode até pedir para baixar a bandeira, mas arrancar à força é uma atitude fascista”, queixou-se Eduardo Silva, de 30 anos, da Juventude do PT, após ser hostilizado no Largo da Batata, em São Paulo, na segunda 17. No dia seguinte, a cena repetiu-se na Praça da Sé contra outros militantes de esquerda. As portas de vidro da sede nacional da legenda, no centro de São Paulo, não passaram incólumes. Na quinta 20, integrantes da agremiação convocados para uma espécie de “onda vermelha” foram vaiados na Avenida Paulista. Em parte, a reação negativa deve-se à postura vacilante do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e às intervenções inapropriadas do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Antes de embarcar para Paris, na segunda 10, em viagem oficial na companhia do governador tucano Geraldo Alckmin, Haddad justificou a repressão policial contra o “vandalismo” dos manifestantes pela necessidade de “manter as vias expressas desimpedidas”. Cardozo, por sua vez, pediu na quarta-feira 12 para a Polícia Federal acompanhar os protestos e deu a entender que tropas federais estavam disponíveis para auxiliar na repressão. Fez o jogo da oposição: colocou o governo federal no bolo dos protestos. Dias depois, tanto Haddad quanto Cardozo condenaram sem muita convicção os abusos cometidos

Brasília



Porto Alegre



Belo Horizonte

São Paulo





Salvador

Maceió

pela PM na capital paulista, mas o estrago estava feito. Além disso, a direção nacional do PT tardou a convocar seus militantes para aderir aos protestos.

Só na noite da quarta, após Haddad suspender o reajuste nas tarifas, o presidente da legenda, Rui Falcão, convocou os militantes a se unirem aos atos. “O PT não tem medo de povo nas ruas”, justificou em entrevista a *CartaCapital* (quadro à pág. 29). Evidente, porém, o temor de que as pautas da oposição se sobressaíam. Segundo Falcão, desde o início a Juventude do PT estava presente, assim como militantes de outras alas da sigla. Mas tratava-se de uma participação tímida, envergonhada, sem o respaldo de instâncias superiores. “Foi um erro inaceitável endossar o discurso da repressão. Um governo de esquerda eleito com a confiança do povo jamais

poderia criminalizar quem protestava”, diz o petista Alexandre Linhares, de 33 anos.

Parece pouco provável que as tentativas de apropriação das manifestações surtam efeito neste momento. No início, o MPL tinha dificuldades para reunir mais de 5 mil manifestantes na capital paulista. Na segunda 17, havia mais de 65 mil, segundo a conservadora estimativa do Datafolha. Ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados. Se antes os manifestantes eram retratados indistintamente como “vândalos” e os editoriais clamavam pela repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depreciação de forma mais isenta: fatos isolados, causados por pequenos grupos. Nem por isso caiu nas graças dos manifestantes. Ao contrário, repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo

FOTOS: GIVALDO BARBOSA/AG. O GLOBO; RICARDO CARDOSO/FRAME/ESTÁDIO CONTEÚDO; ITAVIA LILIUQUE/REUTERS/ESTÁDIO CONTEÚDO; MARCIO FERNANDES/ESTÁDIO CONTEÚDO; ALEXANDRE REZENDE/ESTÁDIO CONTEÚDO; WESLEY SANTOS/ESTÁDIO CONTEÚDO

Reportagem de capa



Acuados. Alckmin, Haddad e Paes tentam conter os danos. Hoffmann afasta Dilma dos movimentos sociais

para exigir a regulamentação da mídia. O canal da família Marinho é, por sinal, um dos principais alvos dos manifestantes.

Sem qualquer recalque, o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Benedito Roberto Meira, sugeriu aos representantes do MPL a inclusão na pauta do pedido de prisão dos condenados no processo do “mensalão”. Acabou convocado pela Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre a tentativa de politização dos atos. Administrações de todos os partidos tentam conter os danos causados à própria imagem. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, os governos estaduais estão na defensiva após os espetáculos de truculência e despreparo das suas polícias.

A violenta ofensiva da Polícia Militar de Alckmin, na quinta 13, foi o estopim para os protestos ganharem a dimensão atual. A ação resultou em centenas de feridos e detidos. Jornalistas acabaram atingidos por fragmentos de bombas e balas de borracha, entre eles uma cinegrafista e um fotógrafo, feridos no rosto. A comoção popular diante da repressão multiplicou por dez o número de manifestantes. E o governador viu-se obrigado a abolir as balas de borracha e

retirar a Tropa de Choque das ruas.

No Rio, Sérgio Cabral viu-se constrangido diante do despreparo de policiais a disparar com fuzis para o alto na tentativa de repelir manifestantes que depreavam o prédio da Assembleia Legislativa fluminense na segunda 17. Os excessos da PM também ficaram evidentes no en-

NAS RUAS, GRUPOS HOSTILIZAM PARTIDOS E O MPL SE QUEIXA DA DIREITA QUE “PARASITA” SUA PAUTA

torno do Mineirão, em Belo Horizonte, e do Castelão, em Fortaleza. Antonio Anastasia e Cid Gomes se justificaram: zonas de segurança por causa da Copa das Confederações, os estádios não poderiam receber manifestações no entorno.

O perfil apartidário de boa parte dos jovens e o caráter difuso das reivindicações intrigam governantes e analistas. “Muitos deles rejeitam as formas tradicionais de organização política e expressam nas ruas uma insatisfação que talvez nem eles saibam resumir”, afirma Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia da USP. “Por não ter uma pauta de reivindicações muito clara, podem não conseguir muita coisa além de expressar esse

descontentamento. Na Espanha, os jovens indignados tinham um perfil semelhante, eles não se sentiam representados por nenhum partido. E o que ocorreu depois? A eleição do Partido Popular, de direita e franquista, que aprofundou ainda mais as políticas de austeridade econômica.”

Coautora de um livro sobre a I Conferência Nacional da Juventude (2008), a socióloga Miriam Abramovay acredita que os “20 centavos” despertaram reivindicações “escondidas”. Para ela, estabilidade econômica e consumo em alta amorteceram o ânimo dos jovens nos últimos anos, mas já deixaram de encobrir defeitos nacionais: transporte coletivo caro, educação e saúde públicas de baixa qualidade, violência. Segundo a primeira pesquisa Vox Populi/*CartaCapital*, divulgada nesta edição, os assuntos prioritários da campanha presidencial de 2014 devem ser, por ordem, saúde, educação e segurança.

Além de incompleto, diz a socióloga, o avanço material não foi acompanhado de debates típicos da juventude. Aborto, casamento gay, descriminalização da maconha, por exemplo, são discutidos em outros países, mas aqui são tabus. Nos livros sobre as duas conferências da juventude (a outra foi em 2011), vê-se que ao menos um terço dos participantes apoiava liberar maconha e aborto. E que mais da metade defendia a união gay. “Quem estuda a juventude se perguntava quando ela voltaria a se apaixonar pela política. Voltou. E isso é muito importante para as eleições do próximo ano. As plataformas políticas vão mudar.”

Silenciosos no início dos protestos, ex-pontes da política mudaram de atitude. Expuseram-se conforme seus planos e necessidades. Foi assim com Dilma Rousseff, Lula, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves. Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma elogiou em nota os protestos pacíficos. Legítimos e próprios da democracia, afirmou. Formada na luta contra a ditadura, aproveitou uma cerimônia no dia seguinte e foi além. Disse que o Brasil tinha acordado “mais forte” e que era bom ver a defesa por um país melhor. “O meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social.” Com “mobilização” no sangue sindicalista, Lula afirmou, no mesmo dia, que ninguém pode ser contra manifestações: “A democracia não é um pacto de silêncio”.

Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de fundação do PSDB, FHC mirou no PT. Para ele, é importante os jovens expressarem suas vontades, mesmo sem saber ao certo aonde querem chegar. “É claro que, a partir daí, os que são responsáveis, que estão no governo, têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam.” No mesmo evento, Aécio falou em linha com as pesquisas e a tática de usar a inflação de forma eleitoral. “O custo de vida aumenta a cada dia. A saúde, a educação e a segurança pública estão caóticas.”

A tal insatisfação “difusa”, apontada em boa parte das análises de intelectuais e políticos sobre os protestos, pode ser traduzida como a rejeição a “tudo isso que está aí”. Por isso, embora não tenham sido o alvo do núcleo das manifestações, o governo federal e o PT se sentiram acuados e tentaram reagir. Há dez anos no poder, o petismo é o símbolo de “tudo isso que está aí” para uma parcela dos jovens, eleitores para quem “pragmatismo” e “guerra contra o PSDB” não justificam Dilma ter como



Rui Falcão, presidente do PT



“Sem medo das ruas”

Na quarta 19, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, publicou uma nota em que convoca a militância petista a aderir aos protestos. A seguir, ele explica as razões. A íntegra pode ser lida em www.cartacapital.com.br.

CC: Por que o PT decidiu convocar a militância para as ruas?

Rui Falcão: O PT já participava das manifestações desde o início por meio da sua juventude. Só que a repressão policial em São Paulo, na quinta-feira 13, fez com que houvesse uma adesão maior aos protestos, e o partido agora procura orientar a militância a prestar solidariedade. Ao mesmo tempo não podemos permitir que o movimento possa ser capturado por pautas criadas pela direita, pautas artificiais induzidas por uma certa mídia.

CC: Mas só agora, após três semanas de protestos?

RF: Havia certa resistência, no início, à ostentação de bandeiras partidárias. Defendemos a autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos, aos estados e aos governos. Não queríamos passar uma ideia de aparelhamento. Agora o cenário é outro, há liberdade para a participação de todos.

CC: Como o senhor avalia esse movimento?

RF: Como tenho dito, o PT não tem

medo de povo nas ruas. Isso é um sinal muito claro de dois fenômenos. Primeiro, o fortalecimento da democracia no nosso país. Segundo, resultado também de várias conquistas que a população pôde assegurar nesse período, graças aos governos Lula e Dilma, e essas conquistas fazem com que surjam novas demandas.

CC: O governo federal tem sido duramente criticado nas ruas por suas alianças com partidos conservadores, pelo recuo em pautas como a regulamentação da mídia ou a demarcação de terras indígenas, pelo distanciamento dos movimentos sociais...

RF: O partido tem uma posição clara de defesa da regulamentação da mídia. O governo tem uma avaliação diferente. É direito dele, o governo não é só do PT. Defendemos a reforma política, uma maneira de ficar menos dependente de certos compromissos. Temos um setorial indígena. Vamos promover agora um seminário para discutir a questão indígena no Brasil e oferecer sugestões para o governo de como conduzir as demarcações.

CC: O PT está sendo engolido por suas alianças?

RF: De forma alguma. Não cedemos em nenhuma questão de princípio, não cedemos em nenhuma questão programática. Não realizamos amplamente o nosso programa, mas isso não significa nem retrocesso nem concessão de princípios.

Reportagem de capa

aliados os senadores Renan Calheiros e José Sarney, o deputado Paulo Maluf e a ruralista Kátia Abreu. Ou ter nomeado ministro o empresário Guilherme Afif, do PSD de Gilberto Kassab e vice-governador de São Paulo, comandado pelo opositorista PSDB. Esse pragmatismo não é obra da presidenta, diga-se. Ela herdou do governo Lula.

Este compensava eventuais prejuízos à sua imagem com um estilo distinto. Lula era irreverente e tentava incorporar polêmicas sociais como o aborto. Criou reservas indígenas. Instituiu a Conferência Nacional LGBT e discursou para os gays na abertura. Sancionou a lei que livrou da prisão pequenos usuários de drogas. Dilma limita-se a discutir temas sociais na seara estritamente econômica. Nunca se reuniu com líderes indígenas ou do movimento gay. Governa com foco total na melhora da infraestrutura do País, iniciativa fundamental, mas sem apelo entre os jovens.

“Nosso governo tem uma visão economicista. Na parte dos usos e costumes, tem ido muito mal. Há uma agenda progressista da sociedade com a qual a presidenta tem de dialogar”, afirma o secretário-geral do PT, deputado Paulo Teixeira. “O jovem brasileiro quer discutir causas polêmicas. A sociedade tem de debatê-las”, diz a presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia Barros. A omissão do governo em questões sociais facilita o avanço do conservadorismo. A disputa fundiária entre índios e fazendeiros causou recentemente o assassinato de dois índios em Mato Grosso do Sul, durante desocupações de terras ordenadas pelo Judiciário. Em vez de condenar as mortes, o ministro da Justiça limitou-se a defender o cumprimento da ordem judicial.

Em audiência pública no Congresso, a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann,



A oposição é mais confiável que o ministro Cardozo

saiu-se pior: defendeu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) deixe de ter a palavra final na decisão sobre demarcação de terras, em discurso ao gosto dos ruralistas.

Parênteses: a direção de redação de *CartaCapital* permite-se uma breve interferência nesta reportagem. Dilma emitiria um claro sinal de inflexão se trocasse ministros como Cardozo e Hoffmann.

A postura das autoridades do governo anima a ala conservadora do Congresso a discutir uma CPI da Funai e tentar mudar a Constituição para assumir a decisão sobre onde e quando criar reservas indígenas. São ruralistas 27% dos parlamentares, entre eles Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e mais recente aliada do Planalto. As boas relações do governo com os fazendeiros, explicada pela necessidade de produzir alimentos para conter a inflação e gerar dólares de exportação, afasta Dilma dos movimentos sociais. “Infelizmente, o governo vai entrar para a história como o que menos contribuiu para a democratização da propriedade da terra”, diz João Pedro Stedile, líder do Movimento dos Sem Terra.

É possível que a onda de protestos force o governo a mudar. Ministros estão assustados e pessimistas. Embora as pesquisas continuem amplamente favoráveis, a possibilidade de um segundo turno não pode ser descartada. Isso exigiria uma coesão partidária e social em torno

da presidenta, frágil neste instante. O PT foi para a eleição de 2010 no melhor dos mundos. Lula tinha 85% de aprovação. A economia cresceu 7,5%. Muitos partidos e os movimentos sociais estavam fechados com Dilma. Não havia protestos.

Segundo um integrante do governo, a presidenta entendeu a necessidade de “escutar mais” e o desafio de transformar as insatisfações em políticas públicas. O difícil é descobrir como. O governo e o PT têm experiência no diálogo com movimentos sociais tradicionais, mas não sabem se relacionar com aqueles não institucionalizados. E melhorar os serviços públicos, para Dilma a razão principal dos protestos, não se consegue do dia para a noite.

Outros setores do governo e do PT enxergam uma chance de reaproximação de aliados históricos e de promover uma mudança progressista da gestão, como Lula fez depois da crise do “mensalão”. Um dos ministros mais próximos de Dilma, Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, deixou escapar publicamente, na terça 18, ao comentar os protestos: “É uma insatisfação contra o *status quo*. Isso pode até mesmo nos ajudar a apressar as mudanças que queremos para o País”. Não adianta tentar controlar a rua. É preciso ouvi-la. •



A POLÍTICA OXIGENADA

Análise As manifestações são uma resposta dos jovens à revolta estéril dos ditos formadores de opinião

por VLADIMIR SAFATLE

ESTAMOS atordoados.” “Não estamos entendendo nada.” Quantas vezes você ouviu tais frases nos últimos dias? Pois bem, por trás dessa pretensa humildade de certos analistas diante de “acontecimentos incompreensíveis” nas ruas brasileiras escondia-se o desejo de que tudo fosse realmente incompreensível. No fundo, eles murmuravam: “Pelo amor de Deus, que todos acreditem que nada estará claro daqui para a frente e que é melhor voltarmos à nossa indignação vazia de sempre”. Ninguém quis lembrar, por exemplo, de quantos ensaios gerais aconteceram nos últimos anos por meio de um número incontável de greves, de bombeiros a professores, e de revoltas contra a brutalidade policial.

Esse desejo de incompreensão e esquecimento era alimentado por um medo: o de que a política voltasse às ruas

em seu estado nascente e bruto, sem lideranças ou partidos no controle, resistente à revolta estéril dos ditos formadores de opinião. Segundo esses observadores, uma política sem líder e sem tutela partidária não tem direção, concretude e eficácia. O povo brasileiro quis mostrar, porém, quão errado eles estavam.

Os acontecimentos das últimas semanas são a verdadeira face da política daqui para a frente. Longe de reclamações genéricas ou palavras vazias de ordem, ela se foca em um problema preciso e concreto, mas com força para abalar o edifício do discurso oficial. Aconteceu em Santiago do Chile, quando os estudantes saíram para denunciar que atrás do milagre chileno havia uma população espoliada pelos custos exorbitantes das escolas. No Brasil, ao escolher lutar contra o preço vergonhoso de um transporte público miserável e montado principalmente para alimentar máfias de empresários,

os manifestantes mostraram quão pouco as cidades brasileiras melhoraram nas últimas décadas, quão pouco os serviços públicos foram realmente reconstruídos. Ao fazê-lo, desvelaram a verdadeira face do “milagre brasileiro”. Como bons psicanalistas, focaram em um sintoma para mostrar como este, na verdade, expunha os impasses da totalidade.

Os manifestantes foram de uma racionalidade admirável. Deram tempo para um novo ciclo de luta contra a desigualdade começar a partir do governo Dilma Rousseff. Mas, depois de três anos de letargia e desonerações inúteis de impostos, eles não viram avanços na área de transporte, na educação e na saúde. O ciclo de ascensão social do lulismo, ficou claro, esgotara-se. O povo dispôs-se ainda a acreditar que os grandes

eventos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, trariam benefícios concretos para as cidades e melhorariam nossa vida cotidiana. Os brasileiros se deram conta, no entanto, de que os beneficiados formam uma casta de empresários e empreiteiras acostumados a lucrar muito com os contratos públicos.

Juntou-se ainda a indignação contra um poder incapaz de se defender a não ser pelo uso da força bruta. (A Polícia Militar há muito tempo deveria ter sido extinta por cotidianamente se comportar como uma manada de porcos selvagens.) Poder que, como sempre, tentou calar o descontentamento na base da bala de borracha e do gás lacrimogêneo vencido. E que expôs sua fraqueza. Isso costuma acontecer diante de um povo disposto a voltar insistentemente ao mesmo lugar.

A brutalidade policial é, na verdade, apenas o lado mais visível de uma democracia parlamentar acabada. Pois a violência cresce quando esse fim chega. O Congresso continuará a existir, mas a população rejeita cada vez mais o fato de ser “representada” por alguém que nunca foi visto por ela e nunca a viu. Os partidos continuarão lá, mesmo se o verdadeiro embate político não se centrar mais na conquista de maiorias parlamentares e se voltar para a constituição de uma força extrainstitucional organizada para legislar em nome próprio por meio da proliferação de mecanismos de democracia direta.

Para vários analistas, não temos ideia do que seria essa mudança e, por consequência, o melhor seria continuar exatamente do modo em que estamos. Afirmam temer o porvir. Eles podem ficar com seu medo do futuro e seu amor neurótico por um presente que amam odiar. Outros não têm receio em dizer: o caminho em direção à criatividade política pode ser tortuoso, difícil, mas nada, absolutamente nada, nenhum tropeço



Lição. A verdadeira democracia exige barulho e luta

ou equívoco, pode eliminar, de uma vez por todas, nossa crença na possibilidade de fazer melhor o que foi feito até agora.

Uma coisa é certa. Há décadas este país não tem uma geração de jovens tão politizada, corajosa e brilhante quanto esta que levou a cabo as manifestações. Muitos deles passaram semanas nas ruas no momento dos movimentos de ocupação, constantemente ridicularizados pela mídia. Outros tantos lutaram por universidades mais democráticas, por direitos iguais aos homossexuais, por causas ecológicas. Hoje, eles conseguiram parar os Poderes da República e deixar a repressão policial completamente atordoada. Com precisão cirúrgica, obrigaram a suspensão dos aumentos no transporte público e

mostraram à população mais pobre com quem ela pode contar para lutar por uma sociedade realmente igualitária e dotada de serviços públicos dignos e respeitosos em relação aos cidadãos.

Mais do que tentar ensinar aos manifestantes o que e como fazer, censurando-os por não lutarem como até agora se lutou, cabe admirar a sensibilidade desses jovens em compreender o modo dos embates do futuro. Diante deles só cabe dizer: “Confiamos em vocês. Vocês demonstraram força e inteligência. Sigam em frente. A verdadeira democracia é barulho e luta”. •



FRASE

Sem o aumento das passagens cai a taxa da inflação

Quem acredita em golpe da oposição nos protestos sociais pode dizer que o feitiço virou contra o feiticeiro

Muito além dos centavos

► Algo mais do que a redução da tarifa de ônibus

DILMA PRECISA avançar e criar nova agenda inspirada, inclusive, em certas reivindicações de um movimento social confuso e errático.

O veto ao aumento das passagens nos transportes urbanos, estopim do movimento que se alastrou de São Paulo para outros pontos do País, foi atendido. Esse sucesso inicial pode ter impacto na mobilização e deixá-lo, por outro lado, numa encruzilhada. Avançamos ou nos retiramos?

Mas quem pensará isso se não há líderes?

A presidenta Dilma, diante da força numérica da mobilização, também está diante de fatos novos e precisa, por isso, criar e conduzir outra agenda de governo. Para tanto pode avançar apoiada em sinalizações difusas de manifestantes confusos e erráticos. Foram eles, de qualquer forma, que botaram o bloco na rua e exibem cartazes como esse que resvala no mau gosto: “Enfia os 20 centavos no SUS”. Esse outro não é menos sugestivo: “Queremos educação padrão Fifa”.

Quem nega que Ensino e Saúde são pautas prioritárias no Brasil? Há preocupação intensa, bem visível, em ligar as análises das marchas realizadas nas principais capitais brasileiras com as vaías à

presidenta Dilma Rousseff na abertura da Copa das Confederações, em Brasília. Nesse cenário, ganhou força a divulgação de pesquisas indicando queda expressiva na aprovação do governo.

Emergiu, paralelamente, um aumento da inflação que mexeu com velhos fantasmas da classe média. Os números governam a política. Esses, divulgados agora, ajudam, por exemplo, a manter viva a esperança de alterar o rumo da disputa presidencial de 2014, que aponta vantagem folgada para a reeleição de Dilma.

Protestos nas ruas, com violência ou sem violência, sempre são danosos aos governantes. Ônus do poder. A mídia conservadora sobrevoa o assunto, como urubu sobrevoa carniça, e se encarrega de estimular os jovens com a bandeira, em frangalhos, da marcha pacífica.

Manifestações populares são comuns à democracia. Machado de Assis, mesmo emparedado por uma elite autoritária e reacionária, percebeu e estimulou as liberdades oferecidas pelo, então, novo regime republicano, em crônica de 1892:

“A liberdade não é surda-muda nem paralítica. Ela vive, ela fala, ela bate as mãos, ela ri, ela assobia, ela clama, ela vive da vida”.

O pacato Machado não apoiaria violência. Meditativa, porém, sobre o bom comportamento, incentivado pela TV Globo, em manifestações legítimas nas ruas.

A República está coalhada de protestos: “Revolta da Vacina” (1904), “Revolta da Chibata” (1910), “Revolta das Barcas” (1959). Essa última, em Niterói (RJ), teve a força de levante popular motivado pelo custo da passagem e pelo péssimo serviço oferecido aos usuários. Tal como agora.

Nos anos 1960, jovens e velhos foram para as ruas com a bandeira das reformas políticas. Nos anos 1970, o fato estimulador era a ditadura. Em todos esses movimentos, porém, a política era o guia. Esse fator não aparece claramente agora.

Os manifestantes combatem politicamente com a suposição de que não fazem política. Logo, logo, no entanto, vão descobrir que, politicamente, estão a favor de alguém ou contra alguma coisa.



Mau gosto.
Tudo bem, mas o bloco foi para a rua



Amorim.

Os EUA têm culpa em cartório na morte de Vieira de Mello?

VERSÃO INCÔMODA I

O próximo 19 de agosto marcará o 10º ano da morte de Sergio Vieira de Mello, brasileiro, funcionário da Organização das Nações Unidas, durante atentado ao QG da ONU, no Iraque.

Celso Amorim, chanceler brasileiro na ocasião, joga um ponto de interrogação no episódio ao falar dos EUA, país responsável pela proteção aos funcionários da ONU.

VERSÃO INCÔMODA II

“Não sou dado a teorias conspiratórias, mas é difícil lembrar desse episódio sem me perguntar se o ‘ponto fraco’, pela ótica da segurança, não era deixado ‘fraco’ propositalmente, até para desviar os eventuais ataques do alvo mais procurado: a administração militar norte-americana” (*Breves Narrativas Diplomáticas* – Editora Benvirá)

A suspeita é diplomaticamente embutida numa pergunta.

DILEMA DE EDUARDO

Em caso de alguém perguntar a ela se o governador Eduardo

Campos (PE) será candidata a presidente, ouvirá da presidenta Dilma uma resposta, curta e curiosa, conhecida no círculo presidencial:

“Isso nem ele mesmo ainda sabe”.

Na pesquisa Vox Populi, publicada nesta edição de *CartaCapital*, na menção espontânea para presidente (sem indicação de nomes) o governador pernambucano bate um recorde: não alcança 1% das intenções de voto.

Por critérios estatísticos obteve zero.

SOLAR DO AÉCIO

As redes sociais no Rio não dão sossego ao senador Aécio Neves.

Ele as procura e, por consequência, é procurado.

Está quase pronto o apartamento dele, de 250 m², na Avenida Vieira Soueto, em Ipanema. Há descrições deslumbradas da sala onde pontifica um quadro de Vik Muniz, o preferido da gente fina, e da mesa central capaz de acomodar até 20 pessoas.

Em tempos eleitorais é um espaço que, além das festas, pode promover reuniões políticas fechadas.

VOU DE TÁXI

Comentário de um sábio motorista de táxi paulista para uma atenta passageira carioca:

“No Brasil, as autoridades, por ignorância ou cumplicidade, cometem um erro básico de administração: tentam lavar a escada de baixo para cima. A sujeira volta”. Na faxina, limpeza benfeita é de cima para baixo.

ÇAUTELA NÃO É CRIME...

As gravações das manifestações registradas demoradamente por emissoras de televisão podem virar arma perigosa na campanha de 2014.

Dilma pode ser o alvo preferencial. O movimento, dizem, é apartidário. Podem dizer, depois, que era mobilização contra o governo.

É preciso criar uma regulamentação para o uso dessas imagens nas eleições.

... DÚVIDA TAMBÉM NÃO

É preciso conferir se as manifestações de agora não serão encerradas concomitantemente com o final da Copa das Confederações.

GUERRA DA JUVENTUDE

Alardeia-se

uma rejeição à presença de militantes partidários no movimento contra o aumento da passagem de ônibus e contra tudo o mais.

Dessas manifestações juvenis, no entanto, brotarão muitos políticos. É sabido, porém, que, com muita frequência, incendiários de 20 anos costumam virar bombeiros aos 30.

Quem for vivo verá.

O SIGNIFICADO AINDA OBSCURO

Só mesmo a direita reacionária afirma suas certezas

POR MINO CARTA

QUEM ENTENDE que as manifestações dos últimos dez ou mais dias mudam o Brasil? Justifica-se ainda a incerteza quanto ao real significado do protesto, mas a direita já proclama a sua verdade. Deste ponto de vista, exemplares são *Veja* e *Época* da semana passada. Esmeram-se em edições retumbantes, uma histórica, outra especial, e invocam o suporte do “auriverde pendão de minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança”, desfraldado em suas capas. É o conluio da retórica, do pieguismo e da hipocrisia, bem ao contrário dos versos de Castro Alves, extraídos do poema *O Navio Negreiro*, repto contra a casa-grande e seus desmandos e prepotências.

Não é preciso ser de esquerda para entender que este nosso trópico tanto se inclina facilmente à festa quanto à ilusão. Para não cair no engodo, basta a razão, mercadoria raríssima, no entanto, nas nossas latitudes, como diz

Thomaz Wood na sua magistral coluna, publicada à página 43. A razão, fruto resplandecente do Iluminismo, do qual brotou a Revolução Francesa, aquela capaz de desencadear a Idade Moderna. A revolução que, 224 anos depois, ainda não aconteceu por aqui.

E nem haveria de se dar no país da casa-grande e da senzala, ainda de pé, implacáveis na sua permanência. A burguesia da França de 1789 soube envolver o povo no seu projeto de derrubar a monarquia por direito divino, e a aristocracia e o alto clero que a cercavam. A turba serviu a suas intenções e, cumprida a tarefa voltou a ser povão. Ainda assim, aprendeu algo novo, e mais tarde tiraria proveito do aprendizado. Não é por este caminho, em todo caso, que o protesto das ruas nativas se move, mesmo porque os alvos são vagos e até insondáveis, a não ser aqueles do começo do movimento, quando a periferia elegeu o aumento das passagens de ônibus como símbolo dos maus-tratos que, em geral, o Estado lhe impõe. O descaço ignóbil que lhe reserva.

Há uma questão contingente, visível a olho nu. O crescente descolamento das instituições ditas democráticas, dos

poderes do Estado, do governo e dos partidos, daqueles que são interesses e necessidades da nação, da maioria dos cidadãos, conscientes ou não da cidadania. A difusa insatisfação, popular e nem tanto, talvez não passe de uma sensação nebulosa, mas se explica pela falta de comando e, portanto, de referência. De *sancta sanctorum* a quem recorrer. Anunciada a falência dos partidos, clamorosa a do PT. O verdadeiro partido de oposição é a mídia nativa. Como tal age, à vontade diante da condescendência de um governo incapaz de reagir à altura, por motivos desconhecidos, às agressões diuturnas.

Parece até vocação de mulher de apache na sua mais inspirada exibição na Place Pigalle. Perfeito no papel de ministro do plim-plim, Paulo Bernardo. Nas páginas amarelas da já citada edição histórica da *Veja*, o ministro aparece, com direito a foto em pose de varão de Plutarco, para anunciar o propósito de acabar de vez com “a obsessão do PT de censurar a imprensa”. Quem sabe o nosso herói seja partidário.

Ora, ora, o ministro endossa a tese da



mídia nativa, e lhe oferece o indispensável (decisivo?) apoio, enquanto a Secom, entidade inexistente em países mais democráticos e civilizados, distribui à mídia a publicidade governista com generosidade invulgar, especialmente às Organizações Globo, premiadas anualmente com mais de 900 milhões de reais.

A liberdade reclamada pelo jornalista pátrio é a liberdade de fazer o que bem entende, inclusive inventar, omitir e mentir. E o que diz Paulo Bernardo? Que assim seja. Interessante observar que na última página da mesma edição da nau capitânia da frota abriliana leio a seguinte interpretação das passeatas: “O povo (?) está dizendo que este governo de farsa montado por Lula há mais de dez anos rouba, mente, desperdiça, não trabalha, trapaceia, entrega-se aos escroques, cobra

cada vez mais imposto e fornece serviços públicos vergonhosos”. Suponho que, na opinião de *Veja*, o governo de Fernando Henrique tenha trafegado por rotas opostas e fornecido ao povo serviços públicos primorosos.

Na opinião de *CartaCapital*, a própria democratização, por ora apenas esboçada, e com timidez, traria a solução ao limitar os alcances dos oligopólios midiáticos por meio de leis eficazes, hoje inatingíveis por obra de um Congresso totalmente comprometido, sem falar de ministros como Paulo Bernardo. Há quem diga que a concentração é o destino do poder jornalístico no mundo todo, mesmo assim o Reino Unido não hesitou recentemente em expulsar

das terras britânicas Rupert Murdoch, o grande concentrador.

As considerações devem induzir quem concorda com elas a uma reflexão mais racional a respeito da situação que vivemos, de sorte a evitar as costumeiras decepções. Sem esquecer que os problemas contingentes plantam raízes no imaneente. Ou seja, são próprios do país da casa-grande e da senzala, são o fruto de três séculos e meio de escravidão ainda vivos embora enverguem trajes aparentemente contemporâneos. Tal é a questão que inquietava Castro Alves e, até hoje, serpenteia nas vísceras do Brasil. E vem à tona para impedir que a nação se una e compacte, a não ser na hora de aplaudir Neymar. Contra, aliás, as conveniências de uma burguesia sempre pronta a afirmar sua fé no capitalismo, sem saber do que se trata. •

FOTOS: ISTOCKPHOTO, WESLEY SANTOS/ESTÁDÃO/CONTEÚDO E PEDRO PRESOTTO



NO PAÍS QUE A REVOLUÇÃO FRANCESA NÃO ALCANÇOU, A CASA-GRANDE E A SENZALA CONTINUAM DE PÉ



AS RUAS EMPURRAM O PODER

Dilma Rousseff exerce a Política, o Congresso vota vários projetos e até o Supremo se mobiliza

POR CYNARA MENEZES

SEM FOCO, pobres de conteúdo, “moda”, desvirtuadas pela direita ou infiltradas por vândalos. É possível apresentar todo tipo de crítica às manifestações das últimas semanas, mas é inegável o efeito das ruas nos gabinetes da política. Se o tal gigante acordou, como diziam os cartazes em inúmeras cidades, foi para dar uma chacoalhada e tirar da letargia principalmente o Congresso Nacional. O recesso do meio do ano foi cancelado e os parlamentares entraram em um frenesi legislativo a ponto de aprovar medidas às pencas sem maiores reflexões a respeito de seus resultados.

Projetos de Lei e Propostas de Emendas Constitucionais que se arrastavam nas duas casas do Legislativo havia meses, anos até, saíram da gaveta. Para não ficar atrás no esforço cívico, o Supremo Tribunal Federal mandou prender o deputado federal Natan Donadon (PMDB-RO), condenado em 2010 por peculato e formação de quadrilha (*mais detalhes à pág. 18*). A presidenta Dilma Rousseff, após um pronunciamento em cadeia nacional, reuniu-se com líderes dos protestos em São Paulo, sindicalistas, representantes da sociedade civil, governadores, prefeitos de capitais e até integrantes da oposição. Lançou uma série de medidas e tenta dar forma aos desejos das ruas. Sua principal proposta é um plebiscito para definir as bases de uma reforma do sistema político e eleitoral.

Na terça-feira 25, os senadores mal saíram da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e foram obrigados a correr ao plenário, onde o presidente da Casa, Renan Calheiros, lia atropeladamente os 16 itens que pretendia colocar na pauta de votação, “em resposta à sociedade”. No dia seguinte, um fato inédito: o Senado não parou para assistir à vitória do Brasil sobre o Uruguai na Copa das Confederações. Preferiu votar os projetos listados por Calheiros nas áreas de Saúde, Educação, Combate à Corrupção, Mobilidade Urbana e Segurança Pública, todos diretamente conectados com os protestos.

A PEC do Trabalho Escravo, 11 anos de tramitação e sempre barrada pela bancada ruralista, foi aprovada na CCJ e vai a plenário. O Senado aprovou ainda o projeto que transforma corrupção



Articulação.

Dilma se reúne com prefeitos e governadores

Apoio. Joaquim Barbosa defende a consulta popular na reforma política



OS ROYALTIES DO PETRÓLEO VÃO PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO, A LEI QUE LIMITA OS PODERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO É REJEITADA E A REFORMA ELEITORAL ENTRA NA PAUTA

Reportagem de capa

e homicídio em crimes hediondos, uma inutilidade legal, pois o problema está em levar corruptos e corruptores a julgamento. Os royalties do petróleo serão investidos em educação (75%) e saúde (25%). Na Câmara, a CCJ aprovou o fim das votações secretas durante processos de cassação de parlamentares e a PEC de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) que iguala o transporte público aos direitos sociais na Constituição, ao lado de educação e saúde, abrindo caminho para a gratuidade. A polêmica PEC 37, limitadora do poder de investigação do Ministério Público, sucumbiu.

O outro reflexo das manifestações foi a criação de CPIs do Transporte Público em quatro cidades até agora: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Maringá. Em Santa Maria (RS), manifestantes ocuparam a Câmara de Vereadores ao vir à tona uma gravação em que integrantes da CPI para apurar o incêndio na boate Kiss, que vitimou 242 jovens em janeiro, sugeriam a “blindagem” do prefeito Cezar Schirmer. O protesto pedia a renúncia dos vereadores flagrados na gravação.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, cancelou a bilionária licitação dos ônibus para discutir com a população e prometeu abrir as planilhas dos custos do transporte. “Não podemos assinar contratos de 15 anos sem participação popular. O momento em que estamos exige a participação da sociedade.” O governador Geraldo Alckmin, que se havia unido ao prefeito e voltado atrás no reajuste da tarifa de metrô e trens, cancelou o aumento de 6,5% no valor do pedágio das estradas paulistas previsto para julho.

Na próxima terça-feira 2, Dilma Rousseff vai enviar ao Congresso uma mensagem com ao menos dois itens fundamentais no plebiscito da reforma política: fi nanciamento público, privado ou misto de campanha e o modelo de

voto (distrital, distrital misto ou proporcional). O governo propõe um calendário apertado. O Planalto gostaria de realizar o plebiscito em 5 de outubro, assim as mudanças valeriam para as eleições de 2014. Antes disso, o Congresso precisa, porém, transformar a mensagem em decreto legislativo e aprovar. Seriam necessárias no mínimo duas semanas de campanha antes do voto popular.

Embora o Planalto tenha anunciado na quinta-feira 27 um acordo inicial com a base aliada, a resistência na Câmara dos Deputados ao plebiscito é forte. Os parlamentares mais influentes, aliados inclusive, preferem o referendo: o Congresso primeiro aprovaria a lei e só depois a população opinaria se concorda ou discorda de cada item. Para o governo, não funcionaria, pois a reforma política está na pauta faz muitos anos e sofre feroz resistência no Parlamento. O último projeto, de autoria do deputado petista Henrique Fontana, nunca foi debatido em plenário, apesar de sua inegável qualidade. Fontana defende a votação de sua proposta, seguida por um referendo.

Com o anúncio na segunda-feira 24, e posterior desistência, da proposta de uma Assembleia Constituinte exclusiva para cuidar da reforma política, Dilma atraiu a resistência de parte do Congresso, à exceção dos partidos de esquerda. A ideia foi descrita pela oposição como um “golpe”, um arroubo chavista. Fernando Henrique Cardoso mais uma vez esqueceu as próprias ideias e atacou a Constituinte, embora tenha proposto algo muito semelhante em 1999. O PMDB também não gostou. Resultado: Calheiros deu uma canja ao senador mineiro Aécio Neves, autorizando a discursar por uma hora e meia enquanto o presidente do Senado presidia a sessão. O GloboNews, canal de notícias da Globo, deu outra mão: transmitiu ao vivo boa parte do discurso do tucano, centrado em críticas duras à presidenta.

Ironicamente, a única capital onde os protestos mantêm vigor (40 mil na



FHC. O ex-presidente critica a Constituinte. Mas a propôs em 1999

quarta 26) é a Belo Horizonte do senador mineiro. E a notícia não é boa para a oposição. Uma pesquisa entre os manifestantes realizada pelo instituto Inovare mostrou que os mineiros nas ruas têm rejeição menor à presidenta do que ao governador tucano Antonio Anastasia e ao prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, do PSB. Enquanto Dilma teve sua administração considerada negativa por 47,7% dos entrevistados, Anastasia foi rejeitado por 70,4% e Lacerda por 71,6%.

Na quarta-feira 26, do lado de fora do Mineirão, uma manifestação descambou para uma batalha campal após um grupo ter rompido a barreira de proteção que fixava um limite imposto pela PM em torno do estádio. Envoltos pela fumaça do gás lacrimogêneo, manifestantes com o rosto encoberto invadiram uma concessionária e atearam fogo em vários

A BASE ALIADA NÃO RECEBEU BEM A PROPOSTA DO PLEBISCITO PARA A REFORMA POLÍTICA E AMEAÇA RETALIAR. CONTRA DILMA HÁ QUEM QUEIRA ACABAR COM A REELEIÇÃO EM 2014

Chama.
Os protestos
continuam em
várias cidades



veículos no meio da rua. No centro de BH, correria e confusão.

A mídia, por seu lado, segue ao sabor das ondas. No início condenou os protestos e chamou seus participantes de “vândalos”. Embarcou depois em uma “onda cívica” com o claro intuito de desestabilizar o governo federal. Diante da impossibilidade de domar o cavalo brabo das ruas conforme seus interesses, passou a emitir sinais de cansaço. Ou talvez tenha recuado por temer a possibilidade de o Palácio do Planalto transformar o limão em limonada. Em editoriais, os principais jornais do País condenaram ora o açoitamento das decisões tomadas em Brasília, ora o “populismo” de algumas medidas e a própria reforma política. “Pesquisas feitas entre manifestantes, antes da reunião de segunda, não detectaram o desejo por uma reforma política”, contrapôs *O Globo*. Para o diário da família Marinho, seria “contorcionismo” aliar a reforma a algum dos itens das ma-

nifestações. Aparentemente os editoriais ignoram um fato: segundo especialistas, a reforma política, e em especial o financiamento público de campanha, seria fundamental para coibir a corrupção, tão lembrada nas manifestações.

Quem saiu em defesa da reforma foi o presidente do STF, Joaquim Barbosa. Após encontro com Dilma, Barbosa colocou em dúvida a capacidade do Congresso de aprovar a reforma. “Em um momento de crise grave como o atual, a propositura de reformas via emenda constitucional seria viável? Essas propostas já não tramitam no Congresso Nacional há anos? Houve em algum momento demonstração de vontade política de levar adiante essas reformas?” O presidente do Supremo fez algumas sugestões, entre elas a possibilidade de revogação do mandato (*recall*) e, curioso de sua parte, de candidaturas avulsas, independentes de partido. Barbosa e o vice-presidente da República, Michel

Temer, demoveram Dilma da ideia da Constituinte. A discussão sobre a constitucionalidade da proposta poderia durar meses, argumentaram. A presidenta recuou, mas vai insistir no plebiscito.

Um efeito colateral do sopro das ruas foi desnudar de vez a resistência da base na Câmara a Dilma, não só por parte do PMDB como do próprio PT. As ameaças agora começam a ser feitas à luz do dia. O líder do PP, Arthur Lyra, acenou com a proposta do fim da reeleição em 2014, prejudicando-a, e o líder do PMDB, Eduardo Cunha, foi além e defendeu a inclusão do debate sobre o sistema de governo em uma possível consulta popular. “Se estivéssemos no parlamentarismo, este governo já teria caído.”

Uma fonte do Palácio compara a crise atual com o Congresso àquela vivida por Lula quando explodiu a denúncia do chamado “mensalão”, em 2005. Naquela época, a saída encontrada por Lula foi se reaproximar dos movimentos sociais. Nos últimos dias, Dilma, frequentemente criticada por não receber entidades representativas da sociedade, abriu as portas do Planalto aos jovens do Movimento Passe Livre, organizador dos primeiros protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo. Estiveram com ela ainda representantes dos moradores de rua, da Central Única das Favelas, dos Trabalhadores Sem-Teto e da Pastoral Carcerária. Pode ser a hora de reencontrar velhos aliados. •



MUITAS DÚVIDAS, ALGUMAS CERTEZAS

As forças nos subterrâneos da sociedade cuidam de manter e ampliar os seus privilégios e promover a corrupção da democracia

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

“A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda, Brasil!” ULYSSES GUIMARÃES NA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

TRATO MAIS UMA vez das manifestações que se espalham pelo Brasil. Vou me socorrer das opiniões exaradas tantas vezes em minhas colunas de *CartaCapital*.

O envelhecimento tem a vantagem de, ao mesmo tempo, aumentar as dúvidas e consolidar poucas convicções.

Tenho razões para acreditar que a diversidade de pontos de vista e de reivindicações demonstra que o movimento almeja construir, pelo debate crítico, a continuada revisão das certezas provisórias, as suas próprias condições de avaliação

e julgamento. Para quem não entende o que é debate crítico, cito, ainda uma vez, Christopher Lasch: “A democracia requer um debate público vigoroso, não apenas informação. É óbvio que a informação é importante, mas o tipo de informação exigido na democracia só pode ser gerado pelo debate. Não sabemos o que precisamos saber até que possamos formular as questões corretas e só podemos saber quais são as questões corretas se submetemos nossas próprias ideias sobre o mundo ao teste da controvérsia pública”.

Em sua história recente, assim prosseguem minhas convicções, as sociedades modernas rejeitaram todas as formas de transcendência: religiosas, políticas (pseudorrevolucionárias), moralistas e midiáticas. Tais monstruosidades pretendem se colocar “fora” da bulha do mundo da vida dos cidadãos que andam de ônibus pelas avenidas das metrópoles estropiadas pela especulação imobiliária.

Na sociedade contemporânea, imagino, não há lugar para tribunais privados ou julgamentos autocráticos do

comportamento alheio, senão como uma grotesca reincidência no pecado do Orgulho, a ousadia de Lúcifer, o anjo decaído.

Minhas dúvidas começam com os que se consideram acima do Bem e do Mal. Já escrevi que nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências – assim diz o filósofo Gilles Deleuze – estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior do que uma censura”, diz Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível.”

Volto às convicções. Os momentos de radicalização da democracia fazem emergir as contradições de um regime socioeconômico incapaz de cumprir as promessas da autonomia do indivíduo integrado à sociedade – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – estampadas nos estandartes da modernidade. Realizar essas promessas significa resguardar o indivíduo e a sociedade dos dois perigos que os ameaçam: o controle estatal da vida privada e a subordinação

do mundo da vida à lógica do dinheiro. Nos Estados Unidos, o movimento Ocupe Wall Street sucumbiu diante do poder da finança e fracassou em seus propósitos de domesticá-la, enquanto o Estado policial avança na devassa da vida privada dos cidadãos envolvidos nas liberdades das redes sociais. São sinais perturbadores da permanência dos poderes das Potências.

As forças que se movem nos subterrâneos da sociedade cuidam de manter e ampliar os privilégios, promover a corrupção da democracia, reafirmar o caráter despótico das leis que impõem o domínio do dinheiro nas relações sociais. Enquanto se discute nas ruas e nas praças, as transformações na base econômica da sociedade ocorrem a uma velocidade estonteante, modificam e ameaçam as perspectivas de vida de milhões de seres humanos.

Os encarregados de emitir as opiniões das Potências concentram as atenções no episódico, no momentâneo, até que o fato perca o seu impacto. As relações de poder que permitiram a eclosão do descontentamento coletivo são suprimidas e as manifestações de protesto transformadas em erupções espontâneas de um descontentamento difuso. O deslocamento da nossa compreensão dos fenômenos políticos, econômicos e sociais chega à exasperação. Inspiradas nos mandamentos do espetáculo e da intimidação, os estardalhaços midiáticos cuidam de ocultar, sempre, o problema de fundo, a raiz do fenômeno. O que nos oferecem é uma sucessão de

superficialidades, imagens desfiguradas e ilegíveis. O propósito não é apenas suscitar no espectador a raiva, a sensação de revolta, mas reduzi-lo à impotência crítica e imobilizá-lo nas cadeias do imediato.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policial, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

Os radicais da imediatidade, à esquerda e à direita, pretendem transformar a opinião em Potência, abandonam a crítica pela vigilância do outro. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

As exaltações do individualismo narcisista dos tempos da globalização suprimem as diferenças de poder real entre classes sociais e tratam de esconder o conflito entre a dinâmica econômica do capitalismo e as condições requeridas para a radicalização da convivência democrática.

Hoje, mais do que nunca, a crítica da sociedade existente não pode ser feita sem a crítica da economia política. •

OS MOMENTOS DE RADICALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA FAZEM EMERGIR AS CONTRADIÇÕES DE UM REGIME SOCIOECONÔMICO INCAPAZ DE CUMPRIR AS PROMESSAS DE AUTONOMIA DO INDIVÍDUO SEGUNDO A MODERNIDADE

OS ÓRFÃOS NO MUNDO POLÍTICO

A classe média antipetista não se sente representada pela oposição. Sua tentativa de controlar as ruas é prova desse vazio

POR MARCOS COIMBRA

ENQUANTO perdem fôlego e amainam as manifestações que afetaram o País nas últimas semanas, está na hora de procurar entender seu significado. Uma das maiores dificuldades para compreendê-las está no fato de os protestos não terem sentido único, salvo talvez nos primórdios, quando usuários de transportes públicos foram às ruas em São Paulo para reclamar do aumento no preço das passagens. Naquele momento ainda tínhamos o cenário capaz de explicar as mobilizações sociais mais características: causa concreta, indivíduos diretamente afetados, reivindicações claras.

As manifestações seguintes, muito se diz, foram novas. Diferentes, por exemplo, daquelas conduzidas pela direita em

busca da deposição de João Goulart nos anos 60 do século passado.

Mas será que a “horizontalidade” e a “difusão” das atuais as tornam mesmo originais? Não terá existido, nas manifestações deste mês de junho, um segmento com um papel definidor análogo àquele dos anticomunistas e dos conservadores católicos nas marchas de 1964? Entre os muitos tipos presentes nas ruas, nenhum forneceu personalidade ao “movimento”?

Para identificar o sentido dos protestos de agora, temos o perfil mais típico dos participantes, suas bandeiras mais características e as reações mais comuns suscitadas.

Nada ilustra melhor a mudança do perfil socioeconômico dos manifestantes do que a imagem veiculada pela TV Globo nos primeiros jogos do Brasil na Copa das Confederações: madames vestidas a caráter e cheias de balangandãs

com cartazes de apelo ao “fim da corrupção” e com propaganda de um endereço no Twitter. Os jovens tornados astros dos “insatisfeitos” no YouTube parecem seus filhos ou irmãos.

No conteúdo, o elemento central da “ideologia das ruas” foi a crítica à representação política e às instituições, particularmente os partidos políticos. Os manifestantes gritaram País afora não se sentirem representados por ninguém, foram à rua para denunciar os “políticos” e “fazer política com as próprias mãos”. As vagas perorações em favor de “mais verbas para a educação e a saúde” ou contra os “gastos exagerados na Copa do Mundo” não passaram de pretextos para externar sua aversão ao sistema político e ao governo.

Quem monitorou as redes sociais durante esses dias percebeu: os defensores mais entusiastas das passeatas foram os antipetistas radicais. Esses se sentiram em íntima comunhão com os participantes e torceram para as manifestações escalarem a ponto de enfraquecer o governo e prejudicar as chances de reeleição de Dilma Rousseff.

Para dizer o óbvio, quem deu o sentido das manifestações foi a classe média antipetista, predominantemente de direita. Nem sempre, nem todos os participantes, mas em seu núcleo característico. Ou seja: embora tenham participado do movimento desde

punks neonazistas até adolescentes apenas curiosos (e mesmo gente genuinamente progressista), seu rosto é nítido.

A classe média antipetista tem motivos reais para estar insatisfeita com a sua representação. Ao contrário do cidadão simpaticante do PT e de outros partidos de esquerda, e que majoritariamente aprova o governo, ela se sente mal representada.

Faz tempo Fernando Henrique Cardoso lhe dá razão. Em texto de 2011, em que tentava explicar a vitória de Dilma e definia novos caminhos para a oposição, o ex-presidente propunha ao PSDB deixar o “povão” para o PT e procurar a classe média: “É a essa que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente”. O partido precisava, segundo FHC, “mergulhar na vida cotidiana” e encontrar “ligações orgânicas com grupos que expressem as dificuldades e anseios do homem comum” (leia-se de classe média).

Lembrava a existência de “toda uma gama de classes médias”, empresários jovens, profissionais, “novas classes possuidoras”, “ausentes do jogo político-partidário, mas não desconectadas das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter etc.” A considerar seu “pragmatismo”, o discurso para atraí-las não deveria ser “institucional”, mas centrado em temas como a corrupção, o trânsito, os problemas urbanos, os serviços públicos.

FHC queria uma oposição pronta a suscitar o interesse da classe média e que lhe “oferecesse alternativas”. Se não conseguisse ser “uma alternativa viável de poder, um caminho preparado por lideranças nas quais confie”, nem sequer adiantaria “se a fagulha da insatisfação produzisse um curto-circuito”.

Falou, mas não fez. Nesta, como em outras oportunidades, as oposições brasileiras mostraram-se mais competentes na conversa do que na ação. Perceberam os desafios, mas não lhes deram resposta.

Foram de José Serra, quando precisavam renovar-se. Apresentam Aécio Neves como continuador da “herança de FHC”. Nada fizeram para “organizar-se pelos meios eletrônicos, dando vida a debates verdadeiros sobre os temas de interesse dessas camadas”, como sugeria o ex-presidente.

Presas de seus paradoxos, as oposições criaram a crise de representação dos setores da sociedade a quem pretendiam (e deveriam) expressar. Talvez principalmente tenha sido a impaciência das classes médias antipetistas com a oposição que as levou às ruas.

Depois, é claro, de um ano de ataque da mídia conservadora ao governo. Seus estrategistas acharam ter conseguido, por meio de incursões cirúrgicas, eliminar apenas as lideranças do PT. Terminaram, porém, por ferir valores fundamentais da democracia. •

FHC PEDIA AOS SEUS UM MERGULHO "NA VIDA COTIDIANA" E A BUSCA DE "LIGAÇÕES ORGÂNICAS COM GRUPOS QUE EXPRESSEM AS DIFICULDADES E OS ANSEIOS DO HOMEM COMUM". COMO DE COSTUME, NÃO FOI OUVIDO

PRIORIDADES ESQUECIDAS

Há um aumento da insatisfação pela má qualidade dos serviços públicos essenciais

POR ANTONIO DELFIM NETTO

ED. 755
—
PUBLICADO EM 3
DE JULHO
2013

A “VOZ DAS ruas” relembra as prioridades simplesmente esquecidas pelos governos. No mundo inteiro elas se alternam. Nos países europeus, querem de volta a relativa prosperidade gozada até 2008. Nos Estados Unidos pedem a devolução dos empregos sacrificados na crise financeira. Nos dois exige-se o combate à corrupção e ao aumento dos níveis de desigualdade social. No Brasil, imerso em um processo civilizatório de uma profundidade e rapidez sem precedentes, a insatisfação se relaciona com a péssima qualidade dos serviços de transportes urbanos, o atendimento precário à saúde e o ensino público de má qualidade. E, como nos demais países, a “voz rouca” pede o fim da corrupção, seja lá o que isso for.

Na maioria das grandes cidades brasileiras, o alvo preferencial do movimento tem sido o custo do transporte de pas-

sageiros. Não é diferente em São Paulo, onde o problema da mobilidade urbana assumiu a condição de tragédia. Lembro pesquisa que há três anos mostrava a situação pré-incendiária na maior metrópole brasileira, onde mais de 1 milhão de indivíduos se obrigavam a ir e voltar de casa para o trabalho a pé, duas, três e até quatro horas, diariamente: a maior parte por não poder pagar o preço das passagens e também porque, mesmo pagando, o tempo gasto não seria muito diferente. São Paulo já era o inferno! Até quando tal ordem de coisas seria suportável?

O problema da mobilidade urbana, evidentemente, tornou-se explosivo nesses anos, quando muito pouco se fez para enfrentá-lo. Não é razoável admitir como condição normal de vida a cidadã ou cidadão gastar um terço do dia apenas para chegar ao local do trabalho e retornar à moradia geralmente à noite, muitas vezes de madrugada.

Esses fatos levaram a uma movimentação das placas tectônicas da organização social a que os economistas chamam hoje de “emergência”. Ela é aquele instante da

intuição de Hegel explorado por Marx e Engels, em que a acumulação de pequenas mudanças quantitativas dá nascimento espontâneo a mudanças qualitativas. É a última gota d’água que faz o copo transbordar. É o último grão de areia que desmonta o monte, sem aviso prévio e, por definição, sem possibilidade de ser precisamente antecipado. O grande esforço da teoria econômica contemporânea através da exploração das implicações das redes complexas é tentar introjetar a possibilidade de emergências nos modelos dinâmicos que até aqui eram dominados pela busca de um utópico “equilíbrio”.

A “voz das ruas” é a “emergência”. É a coisa nova que reivindica não apenas mais quantidade, mas sim a sua transformação em qualidade. O problema não é o que os governos fizeram. É o que não fizeram e não estão fazendo. O que os movimentos dizem nas grandes cidades é: a mobilidade urbana é mais importante que os estádios esportivos e que os governos deviam investir em sistemas de transportes públicos, de superfície, e na construção dos metrô para dar um

mínimo de conforto à população que paga impostos como todos os demais, pessoas físicas ou jurídicas. Para dar uma pequena quantificação desse descaso, basta lembrar que São Paulo tem menos de 100 quilômetros de metrô. Pois bem, 1 quilômetro de metrô custa em torno de 200 milhões de reais. Os provavelmente subestimados 15 bilhões de reais gastos até agora nos eventos esportivos significam 75 quilômetros de metrô, parte dos quais já poderia estar a serviço da população.

Há um aumento da insatisfação pela má qualidade dos serviços públicos essenciais, mas é preciso ver essas reivindicações com naturalidade. A “surpresa” da emergência produziu nos poderes Executivo e Legislativo uma lamentável esquizofrenia de hiperatividade, com a aprovação inconsequente de subsídios, de receitas imaginárias futuras, de gastos e de promessas que, obviamente, não caberão no PIB. Provavelmente, nunca poderão ser implementados, a não ser à custa de maior confusão fiscal que levará, ao fim e ao cabo – não importa qual seja o regime político – à inflação, ao déficit em conta corrente financiável, enquanto os credores tiverem paciência, ou a alguma forma de organização autoritária com a qual namoram nossos vizinhos. Não é possível deixar de reconhecer, por outro lado: boa parte da ineficiência na prestação dos serviços públicos deve ser debitada menos à falta de recursos e mais à

péssima qualidade da sua gestão.

O movimento das ruas é uma daquelas circunstâncias que levam a refletir sobre a natureza da organização social em que vivemos. A História mostra: **1.** Que a utilização dos “mercados” para organizar a produção é resultado de um mecanismo evolutivo. Foi gerado por uma seleção quase natural entre os muitos sistemas que os homens experimentam desde a saída da África, há 150 mil anos, para combinar uma relativa eficiência na conquista de sua subsistência material com um aumento paulatino da liberdade para viver sua vida. **2.** Que deixado a si mesmo ele amplia as desigualdades e tende a gerar flutuações cíclicas no nível de emprego. **3.** Que um Estado forte, constitucionalmente limitado e poder incumbente escolhido pelo sufrágio universal, é fundamental para regulá-lo e civilizá-lo. **4.** Que a crença ingênua na moralidade da intermediação financeira, essencial ao desenvolvimento produtivo, leva à submissão deste à primeira e, com tempo suficiente, ao controle do próprio Estado, como vimos em 1929 e 2008.

O mecanismo de seleção referido acima continua a trabalhar, como mostra a surpresa do “movimento das ruas”, na direção de aumentar a liberdade do homem para viver a sua humanidade com a redução do trabalho necessário à sua subsistência material e dar-lhe segurança através do aperfeiçoamento da organização

social que busca combinar três objetivos não plenamente conciliáveis: maior liberdade individual, maior igualdade de oportunidade e maior eficiência produtiva. É importante lembrar que esses três valores estão implícitos na Constituição de 1988, que reforçou as instituições para realizá-los.

A História sugere também que o processo proposto pelo “socialismo fabiano” de aproximações sucessivas através do jogo interminável entre a “Urna” e o “Mercado” é, talvez, o único caminho assintótico para produzi-los. As alternativas propostas de sua substituição voluntarista e apresada por cérebros peregrinos lotaram de tragédias o século XX.

A sociedade mundial está inserida numa profunda revolução industrial apoiada em novas tecnologias e no aumento dramático de transmissão e acumulação de informação. Ela vai produzir ainda maior redução do trabalho material e um aumento imenso da liberdade individual, no mesmo sentido da seleção “quase” natural que nos levou até aqui. No Brasil que está ficando mais velho, as implicações desse novo passo civilizador precisam ser antecipadas com um dramático aumento da “qualidade” de nossa educação, para aumentar o espírito crítico dos eleitores. O movimento das ruas mostra que este é essencial para salvar a economia e, principalmente, a democracia. •

**O PROBLEMA NÃO É O QUE OS GOVERNOS FIZERAM.
É O QUE NÃO FIZERAM E O QUE NÃO ESTÃO FAZENDO.
A "VOZ DAS RUAS" É A EXPRESSÃO DA EMERGÊNCIA.
E PEDE MAIS QUALIDADE, NÃO MAIS QUANTIDADE**



NA MESMA LATA DE SARDINHA

Do ônibus velho à BMW zero, todos são prisioneiros do congestionamento e das pressões das grandes cidades

POR CARLOS LESSA*

A QUALIDADE da vida urbana é um ingrediente-chave no cotidiano da maioria das famílias brasileiras. Com 80% de nossa população urbana e 50% metropolitana, são variadas as dimensões definidoras dessa qualidade. Entre essas dimensões, ocupa um lugar-chave a questão da mobilidade. De forma simplificada, podemos dizer que cada integrante da sociedade urbana dedica a uma atividade remunerada um terço das suas 24 horas diárias. Outro terço é usado para dormir. Sobram oito horas para todas as demais atividades que não a obtenção de renda monetária, isto é, para

as atividades ligadas à fisiologia individual, à convivência e lazer com amigos e família, a compras e, por vezes, ao aperfeiçoamento cultural e profissional. Ao menos em tese, cada um é soberano em relação a esse tempo de existir.

O tempo de existir é essencial e universalmente afetado pelos deslocamentos residência-trabalho-residência. Para quase todos, o tempo gasto nos deslocamentos é monótono, angustiante e, de certa forma, jogado fora, o que aponta para a óbvia importância da malha urbana, dos serviços de transporte público ligados ao deslocamento pela malha e à organização, tipo, quantidade e modalidades de utilização de veículos de transporte de pessoas e mercadorias. Mesmo se o habitante vai a pé em direção ao trabalho ou atividade, muitas vezes é obrigado a fazer outros deslocamentos que dependem da mobilidade

urbana. Se o cidadão urbano, notadamente o pobre, tiver necessidade de horas adicionais no trabalho, é mais punido.

No Brasil, cresceu de forma explosiva a população de veículos automotores. Creio que, no Rio de Janeiro, andou próxima a 10% ao ano. Em Brasília, por mais de uma década, cresceu perto de 15% ao ano. Taxas parecidas foram vivenciadas nas demais cidades, inclusive nas médias. É o resultado de uma política míope que privilegiou, no combate à inflação, o corte do investimento público e, para sustentar a atividade econômica, facilitou e estimulou um intenso endividamento familiar. A opção governamental por estimular a venda de veículos – houve momentos em que a entrada zero foi combinada com o pagamento

em 90 prestações – possibilitou à indústria automobilística um céu de brigadeiro nessa última década, porém, o “nanismo” e a hipertrofia míope e de curto prazo do investimento na cidade engendrou o caos.

Muitos festejaram o acesso ao veículo automotor próprio, ignorando o custo do combustível, da manutenção e da fiscalidade associado ao “patrimônio” da posse do veículo. É comum a família endividada, pressionada pelos custos, deixar o veículo próprio estacionado e voltar ao péssimo transporte público. O pior acontece quando quer vender o veículo usado e descobre que o mercado de segunda mão não paga sequer o correspondente à dívida residual. Por outro lado, o congestionamento tem uma dimensão universal, que incorpora desde o ônibus velho à BMW. Somente escapa o arqui milionário com heliporto na residência e no escritório. Todas as faixas etárias e os níveis de renda são incomodados pela degradação da qualidade de vida. Esse pano de fundo tem tudo a ver com o início das manifestações.

O aumento das tarifas de transporte coletivo urbano foi a gota d’água de uma metamorfose espetacular. Uma novíssima geração de brasileiros foi às ruas protestar e se situar como sujeito que faz história. O paradigma das antigas mobilizações foi estruturalmente modificado com a rapidez do uso de redes sociais. O tradicional “correio” boca a boca e alguma liderança convocatória não explicam a velocidade, a intensidade e a espacialidade com que o aumento tarifário se transformou num fenômeno político de

massa que, rapidamente, preencheu um primeiro ato com uma gigantesca lista de rejeições, reclamações, sugestões e reivindicações. Sem a pretensão de interpretar esse fenômeno, quero colocar algumas questões para reflexão.

A questão urbana inspirou toda uma pauta que se iniciou no transporte e se encaminhou para os serviços de saúde, educação e segurança. A corrupção foi colocada como variável explicativa e a pauta transbordou, colocando sob acusação o sistema de partidos, as representações políticas e algumas instituições públicas mais visíveis. A pauta cresce e tende a se diversificar. Ao ler os cartazes, é possível perceber ânimo, ironia, amor, desinformação.

É surpreendente e sintomática a rejeição da ideia do “circo” substituindo o “pão”. O futebol, alegria do povo, foi colocado entre parênteses. Desde a mutilação do Maracanã, no Rio de Janeiro (a reforma custou 1,2 bilhão de reais para reduzir à metade o número de lugares), passando pelo Mané Garrincha (foi iniciado com orçamento de 650 milhões de reais e custou 1,4 bilhão) e com os demais estádios das cidades brasileiras convertidos em “casas de ópera” (onde o povo brasileiro não pode mais torcer em pé e o povão terá de pagar uma entrada cara e proibitiva), cristalizou-se, pela visibilidade e interesse do povo pelo futebol, a dimensão de corrupção (provável) e subserviência à Fifa. O governo brasileiro abriu mão de sua soberania ao autorizar a venda de bebida alcoólica à minoria capaz de pagar ingresso. Atropelou o espaço urbano atendendo à exigência de uma circunferência de

isolamento de 3 quilômetros em torno de cada estádio utilizado nos jogos (essa exclusão foi anunciada pelo Ministério do Planejamento, quando propôs feriado no período dos jogos, a partir da pergunta de como ficaria o congestionamento). O povo entendeu como um imenso “conto do vigário” que macula a paixão pelo futebol com renúncia à soberania e pretexto para processos de corrupção. Formou-se uma grande “torcida” participativa.

Sei que muitos manifestantes têm uma reflexão própria bastante amadurecida, e é interessante observar os “diálogos” dos cartazes, por exemplo: ao lado de um que sugere “imposto zero” está outro que pede “mais verbas para a educação e saúde”. Os cartazes, em uma sociedade televisiva, são feitos e empunhados por muitos manifestantes com a óbvia preocupação de serem captados pela lente do fotógrafo e da televisão. Ilustra isso um cartaz em português e inglês. Para o autor, era maior a probabilidade de ser captado pela tevê internacional (o “eu”, corporificado no cartaz, está aqui; eu existo!).

Haverá o debate, estou certo, e prevalecerá a vontade política da maioria. Essas manifestações são apenas a primeira voz que apontará para um projeto nacional. Sei que esta é a provável evolução da novíssima geração de atores políticos brasileiros. A preliminar do “eu” tende a constituir o “nós”.

**Ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES. A íntegra do artigo está em www.cartacapital.com.br*

AO LER OS CARTAZES NOS PROTESTOS ERA POSSÍVEL PERCEBER ÂNIMO, IRONIA, AMOR, DESINFORMAÇÃO. O CIRCO EM LUGAR DO PÃO FOI TOTALMENTE REJEITADO

A ESTRELA E A NUVEM

As manifestações serão capazes de provocar uma inflexão no PT?

POR ANDRÉ BARROCAL

NA POLÍTICA, crise pode virar oportunidade. A necessidade de sobreviver ao “mensalão” levou o ex-presidente Lula a certa guinada progressista. Movimentos sociais ganharam espaço no governo, a condução da economia ficou menos ortodoxa. A onda de manifestações recente começa a provocar o mesmo efeito em Dilma Rousseff e no PT. Teve, porém, o efeito imediato de aumentar a tensão entre a presidenta e o partido e de antecipar mudanças no jogo de forças no governo.

A reforma política é o símbolo da inflexão da presidenta. Refratária à ideia de negociar votações com um Congresso conservador, ela abraçou a proposta de reduzir a influência do poder econômico nas eleições. E abriu o gabinete para movimentos sociais como nunca fizera. Já o PT deu respostas às ruas em Brasília

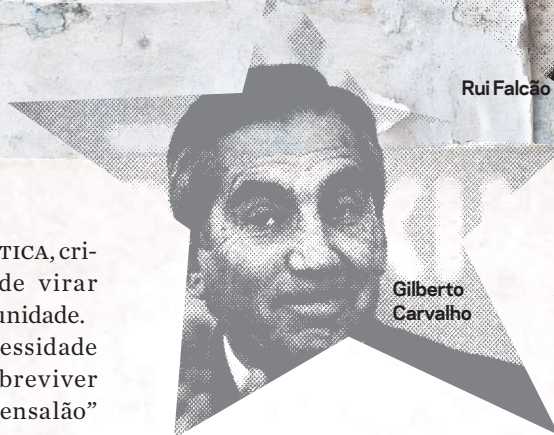
e em São Paulo, o berço dos protestos. A bancada de deputados federais decidiu brigar pela taxaço das grandes fortunas, enquanto o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, suspendeu uma bilionária licitação de linhas de ônibus e prometeu negociar com a sociedade os novos termos do processo.

Imposta pelas circunstâncias, a distensão de Dilma em relação aos movimentos sociais significa uma momentânea vitória do secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Responsável pela relação do Palácio do Planalto com entidades da sociedade civil, o ministro andava isolado. Entre dilmistas fiéis, é tratado de forma pejorativa, chamado de “idealista”, por advogar

pelos minorias, e tem a lealdade à presidenta posta em dúvida, pela intimidação com Lula.

Vice-presidente do Senado, Jorge Viana acredita que a postura da presidenta ante os protestos foi importante por produzir sopros de progressismo em outros poderes federais (Congresso e STF). Para o senador petista, Dilma precisa, no entanto, fazer muito mais. “Não dá para ficar isolada numa bolha no Palácio do Planalto, tem de botar os pés na rua. Agora na crise o Palácio está sentindo não ter suporte político.”

A análise é recorrente entre petistas há tempos e cresceu nos últimos dias. Há um acúmulo de queixas contra o estilo Dilma: foco total em gestão, desconforto nas negociações partidárias, parcimônia discursiva e na comunicação de atos do governo, distância dos movimentos sociais. Se era vista de início como capaz de conseguir a aceitação do PT na classe



Rui Falcão

Gilberto Carvalho

média, agora sua postura traria, na visão do partido, um risco de erosão da base social montada por Lula.

Dilma teria se identificado com os protestos e está disposta a ser intérprete dos desejos das ruas, diz um governador que conversou com a presidenta nos últimos dias. Em vez de se portar como um dos alvos, ou o principal, ela tenta se colocar ao lado dos manifestantes. É uma atitude capaz de ajudá-la nas pesquisas de opinião. Mas que pode contaminar ainda mais a relação com o PT, alvo preferido da gritaria contra os partidos.

A defesa da reforma política, tema caro ao partido, porém, melhorou o Ibope de Dilma entre os petistas. O principal porta-voz da proposta foi o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, sinal de mudança no jogo de forças internas em Brasília. Na prática, Mercadante assumiu a articulação política do governo. É o nome da direção petista para coordenar a campanha presidencial de 2014 e tende a ser o novo chefe da Casa Civil, no lugar de Gleisi Hoffmann. Quem corre por fora ao posto de coordenador da campanha é o governador da Bahia, Jaques Wagner.

Gleisi e o marido, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, andam em baixa com Lula e o PT. Criticada por ser uma das responsáveis pelo afastamento de Dilma dos movimentos sociais, Gleisi recolheu-se nos últimos dias. Já Bernardo é atacado por boicotar mudanças na regulação dos meios de comunicação que



Aloizio
Mercadante



Jaques
Wagner

operam sob concessão pública (tevé e rádio). Em meio aos protestos, o ministro deu entrevista em que reforçou a tese de que o PT quer censurar a mídia.

As mudanças na lei dos meios de comunicação enfrentam resistência da própria presidenta. Antes das manifestações, ela disse a um conselheiro favorável a uma nova lei que o tema não é prioridade para ela e que não mandaria um projeto ao Congresso. Eventualmente o faria em um segundo mandato.

Os protestos fizeram o PT voltar-se para as próprias entranhas. A nostalgia dos tempos em que comandavam protestos marca a análise dos petistas sobre o momento. Esse DNA os leva a pensar se o partido pode mesmo ser a força capaz de tirar mais lições e proveito da situação, apesar dos riscos de desgaste após dez anos no poder central.

À frente da Fundação Perseu Abramo, formulador da plataforma programática do partido, o economista Marcio Pochmann diz que “as demandas

ressaltadas pelas multidões” serão incorporadas nas discussões internas. A fundação promoverá durante o segundo semestre debates e seminários com cerca de 500 intelectuais para produzir o documento do quinto Congresso Nacional, em fevereiro.

A pesar de tudo, é improvável que a crise interfira na eleição do novo presidente do PT, em novembro. A onda de manifestações pegou o partido às vésperas de iniciar o processo de eleição. O atual presidente, Rui Falcão, candidato à reeleição, lançaria seu projeto na quinta-feira 27, mas decidiu adiar o anúncio. Vão concorrer ainda Paulo Teixeira, secretário-geral, e Valter Pomar. Embora haja diferenças entre os três, eles e os grupos que representam estão mais interessados em um PT unido para pressionar Dilma do que para brigar internamente. Falcão era e continua favorito. •

OS PROTESTOS PEGAM O PARTIDO NO INÍCIO DO PROCESSO ELEITORAL INTERNO E DA DISPUTA PELA INFLUÊNCIA NA CAMPANHA DE DILMA EM 2014. AINDA NÃO ESTÁ CLARO QUEM GANHA E QUEM PERDE COM A EBULIÇÃO DAS RUAS



FRASE

“A tese do colapso do poder como condição prévia à Constituinte no seu âmage descrê do vigor da opinião pública”

Raymundo Faoro

A maioria do povo

► **Sem mudanças, a voz das ruas voltará a ecoar**

NÃO HOUE na imprensa brasileira foco mais acertado sobre a reação da presidenta em atenção à voz das ruas. Ele se expressou no diário carioca *O Dia*, na terça-feira 25. No caminho inverso da motivação que levou à formação de passeatas, o jornal, de viés popular, ilustrou sua primeira página com a manchete: “Dilma vai às ruas”.

Os dias seguintes confirmaram esse caminho inicial, mas no meio do caminho havia pedras. Muitas pedras. Assim, a presidenta Dilma Rousseff se movimentou nos limites do cargo e limitada à tese liberal de que é preciso haver ruptura para a criação de uma Constituinte.

De qualquer forma, essa mudança no comportamento popular criou uma situação inédita no País. O povo não foi mobilizado por líderes ou partidos políticos. Rompeu amarras e decidiu influir. Nesse ponto atingiu a maioria.

Os governantes, de alto a baixo, temeram. A polícia, fiel à origem de surrar o povo inquieto, baixou o pau. Foi forçada, porém, a recuar e aposentar até mesmo as balas de borracha. Oficialmente, no saldo do conflito, foram presas, em todo o País, quase mil pessoas. Seriam todos arruaceiros?

No calor dos acontecimentos, Dilma, tocada pelas cenas transmitidas para o Brasil

e para o mundo, “juntou-se” ao movimento. Anunciou decisões e propôs a formação de uma Constituinte restrita, no entanto, à tarefa de fazer a reforma política.

A presidenta foi freada. Recuou e não avançou. Tinha condições políticas adequadas de propor ao Congresso a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e escolhida paralelamente à eleição presidencial de 2014. Já então distanciada do calor dos acontecimentos.

“Sem a plenitude da participação do povo, o governo não será nunca um governo constitucional, mas governo de fato, dissimulado em aparências constitucionais ou sem essas aparências”, diz o jurista e historiador Raymundo Faoro, em *Assembleia Constituinte – A legitimidade recuperada*.

Faoro desfez o mito resgatado agora e, de novo, no tabuleiro das decisões. O mito sustenta que as constituintes devem seguir-se necessariamente a rupturas. É uma mentira histórica para “quem conhece alguma coisa da história contemporânea”. Assim Faoro espiça os analistas contemporâneos.

“A Constituinte dissolvida em 1823 foi convocada em 3 de junho de 1822, portanto, antes da Independência, exatamente para organizar o berço em que esta deveria nascer (...) A Constituinte eleita em 2 de dezembro de 1945 foi convocada por Getúlio Vargas em 28 de fevereiro do mesmo ano, ainda vigente o Estado Novo...”

No movimento das ruas não se projeta uma revolução. Há uma aspiração por mudanças profundas descoladas do processo político fraudulento e viciado.

Esse sentimento guia o barulho das multidões nas ruas e o silêncio dos que ainda não se manifestam. Por ora, talvez possam sufocar os anseios. Sem mudanças profundas, no entanto, haverá uma próxima vez. Eles voltarão.

Faoro.

Uma lição preciosa: constituintes não se seguem necessariamente a rupturas





Cardozo
Troféu
para ele

INJUSTIÇA

Se houvesse no País um prêmio por demérito, o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, levaria o troféu. Ele resiste a homologar a anistia de 190 funcionários do Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro. Punidos na ditadura, a Comissão de Anistia reconheceu o direito deles a uma indenização.

Parece que o ministro não se preocupa com os habitantes do Brasil de baixo.

AONDE VAIS, JOAQUIM?

O canal fechado GloboNews abriu espaço para a entrevista de 40 minutos do ministro Joaquim Barbosa, após encontro dele com a presidenta Dilma Rousseff.

Barbosa tem sido testado em pesquisas como candidato a presidente e declarou na ocasião que os partidos políticos brasileiros estão falidos.

Na oportunidade, pregou a criação de candidatos avulsos a todos os cargos. Coincidência ou descuido planejado, ministro?

O INIMIGO MORA AO LADO

Manifestantes acampados perto da casa do governador Sérgio Cabral, no Leblon, zona sul do Rio, não sabem que, ao lado, habita Jérôme Valcke,

secretário-geral da Fifa, um dos alvos do movimento.

Ocupa um apartamento de mil metros quadrados, que pertencia ao empresário John Casablancas, da Elite Model.

Hoje, o imóvel é de Ronaldo Fenômeno. Ele entrega por uma bagatela em torno de 40 milhões de reais.

NAU DE CABRAL I

Sérgio Cabral (PMDB), governador do Rio, quer a cabeça do senador Lindberg Farias (PT) a qualquer preço. Lindberg, eleito senador em 2010, pretende disputar o governo estadual em 2014, rompendo uma aliança de oito anos com Cabral.

Pesquisa Vox Populi mostra que o petista, com 23,5% das intenções de voto, tem grande vantagem sobre o candidato de Cabral, o vice-governador Luiz Fernando Pezão, com 9,1%.

Mas quem puxa a corrida é o ex-governador Anthony Garotinho, com 26,3%. Ele faz o papel de “coelho”, que sai na largada e abandona a corrida.

NAU DE CABRAL II

A tabela de rejeição mostra que, até agora, são poucas as chances de Pezão, o candidato do governador. Pezão, pouco conhecido na capital e na Baixada Fluminense, onde se concentram 70% dos votos do estado, tem 5,5% de rejeição.

Garotinho, ex-governador, lidera a lista dos rejeitados com 21%. Cabral ameaça, da boca para fora, deixar Dilma sem palanque no Rio de Janeiro.

O petista Lindberg é hoje o favorito. Além do bom percentual de intenção de voto, tem baixo índice de rejeição (3,8%).

PROVOCAR NÃO OFENDE

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos mete o dedo na ferida:

“Em momentos de crise e de tensão, propostas de reforma política sempre foram diversionistas. Se os políticos brasileiros estão desmoralizados, de que país seriam importados candidatos íntegros à assembleia reformista?”

DEMAGOGIA HEDIONDA

Transformar corrupção em crime hediondo é forçar uma homenagem da virtude à hipocrisia. Pode ser que a lei pegue bagrinhos. Nunca pegará tubarões. Essa reação é similar àquela que vê a pena de morte e a redução da idade penal como ações eficazes contra a violência.

A demagogia, para iludir o clamor das ruas, devia ser crime hediondo.

SACO CHEIO

Do inquieto e ativo João Pedro Stedile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

“A juventude, nascida depois das Diretas Já!, não teve oportunidade de participar da política. Hoje, para disputar qualquer cargo, por exemplo o de vereador, é preciso ter mais de 1 milhão. A juventude está de saco cheio dessa forma de fazer política”.

INTENÇÃO

	EM %	
	Voto	Rejeição
Anthony Garotinho (PR)	26	21
Cesar Maia (DEM)		16,4
Lindbergh Farias (PT)	23,5	3,8
Pezão (Luiz Fernando) (PMDB)	9,1	5,5
Sergio Besserman (PSDB)	1,0	3,0
Não votaria em nenhum deles		10,1
Poderia votar em qualquer um deles		4,9
Ningüém/Branco/Nulo	24,1	
NS	15,0	15,7
NR	1,0	7,0

Rebeldes com causa

TRANSPORTE PÚBLICO Os protestos contra os aumentos de tarifas ganham contornos de revolta popular e se alastram pelo Brasil

POR RODRIGO MARTINS*

CAIO MARTINS, de 19 anos, é estudante de História na USP e morador da Lapa, tradicional bairro de classe média, distante menos de 10 quilômetros do Centro de São Paulo. O jovem universitário é a cara do Movimento Passe Livre, que reuniu milhares de manifestantes nas principais avenidas da cidade para protestar contra o aumento das tarifas no ônibus, no metrô e nos trens (de 3 para 3,20 reais). Caio Miranda, de 18 anos, é aluno de uma escola pública na periferia da capital e mora no Jardim Ângela, bairro que chegou a ser eleito pela ONU como o mais violento do mundo em meados dos anos 1990 e distante mais de 30 quilômetros do Centro. Sua família não possui automóvel e depende do transporte público para qualquer deslocamento que não possa ser vencido pelos pés. Ele também é a cara do MPL.

Embora tenham origem social e repertório cultural bastante distintos, os jovens compartilham do mesmo inconformismo com as iniquidades sociais na cidade mais rica da América do Sul e com o precário – e caro – transporte coletivo paulistano. Com recursos próprios e sem vinculações partidárias, o grupo reúne um

número indeterminado de militantes cativos em torno de uma bandeira: a tarifa zero. Universitários, estudantes secundaristas e trabalhadores de bairros periféricos compõem a maioria do grupo, com organização horizontal, sem líderes ou porta-vozes constituídos. Alguns integrantes admitem que as reuniões do MPL costumam juntar poucas dezenas na maior parte do ano. Mas são capazes



Militantes. Criados em mundos diferentes, Caio Martins e Caio Miranda compartilham as mesmas angústias e insatisfações

de atrair mais de 10 mil manifestantes em seus ruidosos protestos.

Unem-se a eles militantes de partidos de esquerda, como PSOL, PSTU e PCO, além de feministas, gays, cicloativistas, anarquistas, punks e até jovens que raramente se mobilizam. É preciso ter fôlego para acompanhar as peregrinações, iniciadas no fim da tarde e estendidas noite adentro, a ocupar as principais artérias viárias da cidade, como as avenidas Paulista, 9 de Julho e Consolação, ou mesmo as faixas expressas da Marginal Pinheiros.

O movimento não está circunscrito a São Paulo, embora a capital paulista seja o epicentro das manifestações mais numerosas e violentas. Apenas na terça-feira 11, segundo os cálculos do governo, 87 ônibus foram danificados, alguns deles parcialmente incendiados, e várias estações de metrô ficaram depredadas. Agências bancárias e vitrines de lojas não passaram incólumes pela batalha travada entre a Polícia Militar e parte dos manifestantes. Mas os recorrentes confrontos não tiram o ímpeto dos jovens. Ao contrário, parecem aumentar a adesão aos protestos e disseminá-los por outras capitais.

O movimento já ganhou o Brasil. Além de São Paulo e Rio de Janeiro, milhares de manifestantes tomaram as ruas de Porto Alegre, Natal e Maceió na quinta 13. As esperanças são renovadas a cada nova conquista. Em maio, estudantes tomaram as ruas de Natal para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus de 2,20 para 2,40 reais. Um mês depois, uma portaria reduziu o aumento para 2,30. Em Goiânia, a tarifa passou de 2,70 para 3 reais. Após uma onda de protestos, a Justiça anulou o reajuste. Na segunda-feira 10, milhares de jovens protestaram no Rio de Janeiro contra o aumento da tarifa de ônibus, de 2,75 para 2,95 reais, anunciada no início de junho. Houve embates com a polícia e 31 manifestantes foram detidos.

Na capital paulista, há relatos de

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO

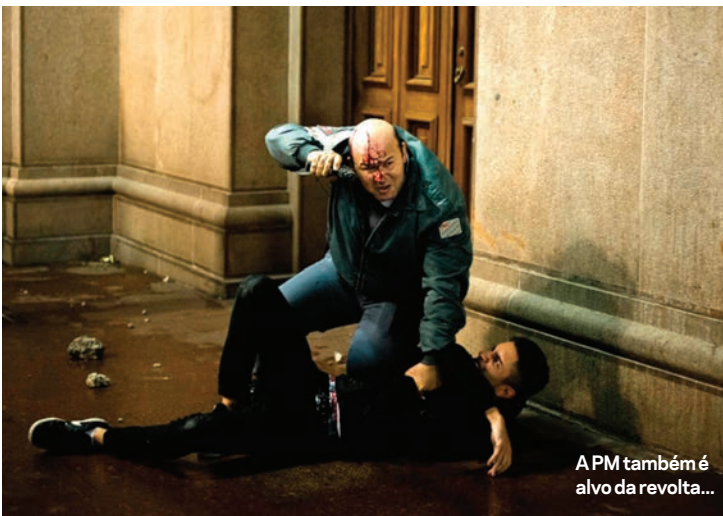


pág. 38

Wálter Maierovitch defende
o poder de investigação do MP



Os atos do Passe
Livre chegam
a reunir mais
de 10 mil jovens



APM também é
alvo da revolta...



...mas coleciona
denúncias de
abuso e prisões
arbitrárias

policiais agredidos e quase linchados, assim como se multiplicam pela internet vídeos de jovens encurralados e espancados por PMs. Um deles é o jornalista Pedro Nogueira, repórter do Portal Aprendiz. Ele foi agredido a golpes de cassetete, mesmo depois de imobilizado. Não fazia parte do protesto, mas acabou indiciado por dano qualificado e formação de quadrilha, crime inafiançável, e está preso no 2º DP do Bom Retiro, na região central. Até a tarde da quinta-feira 13, ele e outros nove jovens permaneciam presos pelas mesmas acusações, e corriam o risco de ser transferidos para centros de detenção provisória, ao lado de criminosos comuns. A arbitrariedade das prisões é notória, assim como o cerceamento do trabalho da mídia. No mesmo dia, o repórter

de *CartaCapital* Piero Locatelli, destacou para fazer a cobertura dos protestos, foi detido pela polícia ao lado de dezenas de manifestantes, e encaminhado a uma delegacia nos Jardins, zona oeste da capital (*quadro ao lado*). Também foi detido o fotógrafo do portal Terra Fernando Borges. A violência nas ruas deixou mais de 50 feridos, entre eles seis repórteres da *Folha de S.Paulo*. Os jornalistas Fábio Braga e Giuliana Vallone foram atingidos no rosto por balas de borracha disparadas pela Tropa de Choque da PM.

A despeito dos abusos policiais, tanto o prefeito Fernando Haddad (PT) quanto o governador Geraldo Alckmin (PSDB) defenderam a repressão. “O problema é que a Polícia Militar tem de seguir protocolos

e um deles é manter vias expressas desimpedidas”, afirmou Haddad, pouco antes de embarcar para uma viagem oficial a Paris, na segunda-feira 10. Dias depois, o secretário municipal de Relações Governamentais, João Antônio, tratou de colocar panos quentes: “Não partiu do prefeito nenhum pedido para a PM reprimir a manifestação”. Alckmin, por sua vez, não apenas defendeu a atuação dos PMs como prometeu mais rigor na repressão. “Isso não é manifestação, é vandalismo.”

O movimento admite não ter controle sobre as ações de todos os que engrossam as suas passeatas. E diz que as recentes manifestações ganharam contornos de revolta popular após a violenta repressão da polícia. “As autoridades e a mídia esperam que a gente faça um protesto pacífico e cordato. Mas como controlar o pessoal quando a polícia tenta impedir a progressão da marcha e dispara bombas de efeito moral contra todo mundo?”, pergunta o jornalista Daniel Guimarães, de 29 anos. O jovem catarinense participou das Revoltas da Catraca em Florianópolis, em 2004 e 2005, que conseguiram barrar o reajuste das tarifas naqueles anos. “Quanto mais a polícia reprimia o movimento, mais jovens aderiam ao protesto”, conta Guimarães, hoje morador de São Paulo e integrante do MPL paulista.

As Revoltas da Catraca em Florianópolis inspiraram a criação do movimento em 2005, durante o Fórum Social Mundial, explica o hoje professor Lucas Monteiro, à época estudante de história na USP. Não demorou para o grupo criar raízes nas principais capitais brasileiras. “Inicialmente, reivindicávamos o passe livre para os estudantes. Hoje, percebemos que o movimento estava equivocado. O transporte é um direito de todos, mas a tarifa limita o acesso da população mais pobre à cidade.”

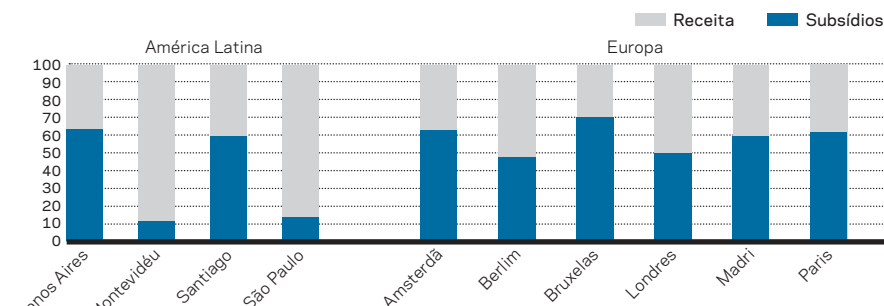
Os militantes amparam-se em pesquisas para justificar a causa. De acordo com o Ipea, a cada 12 reais gastos em incentivos



O movimento ganhou as ruas do Rio de Janeiro

QUEM PAGA A CONTA

O subsídio no transporte público, em % da tarifa



Fonte: CAF - Corporación Andina de Fomento, 2010

fiscais ao transporte particular o governo investe apenas 1 real em transporte público. Em 2010, o mesmo instituto estimou em 37 milhões o número de brasileiros impedidos de usar ônibus, trens ou metrô por não terem condições financeiras de pagar a tarifa. É o caso do jovem Caio Miranda, citado no início da reportagem. Todos os dias, ele enfrenta uma caminhada de 30 a 40 minutos para chegar à escola. Gastaria metade do tempo se fizesse o trajeto de ônibus. “Ele está sempre lotado e a tarifa pesa no orçamento familiar”, diz. Sua mãe, diarista, não recebe vale-transporte e gasta até 150 reais por mês para chegar à casa de suas clientes, na região da Berrini.

Por meio de um acordo intermediado pelo Ministério Público, o movimento concordou em cancelar os protestos pela capital paulista caso a prefeitura e o governo do estado concordassem em suspender o reajuste por 45 dias, período para reavaliar o aumento. O governador Geraldo Alckmin descartou, porém, a possibilidade. Atualmente, não há subsídio nas tarifas do metrô, sob responsabilidade do estado. Toda a operação é paga pelos 4 milhões de usuários do sistema.

Segundo Haddad, o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo não era revisto há dois anos, e o reajuste corresponde a menos da metade da inflação acumulada no período. Ele defende que a presidenta Dilma Rousseff municipalize a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, imposto incidente sobre os combustíveis, para baratear a passagem. Pelos cálculos do prefeito, o município teria de arcar com um subsídio de 1,2 bilhão de reais para não aumentar o preço da tarifa no próximo ano, quase o dobro do gasto hoje. Considera inviável, contudo, garantir a gratuidade nos ônibus. “Isso custaria 6 bilhões. Qual é a fonte de financiamento?”

O debate sobre a gratuidade no transporte não é novo, tampouco uma invenção do Movimento Passe Livre. Com o aval da então prefeita Luiza Erundina

Despreparo e arbitrariedade

A PM prende repórter de *CartaCapital* por filmar ação contra manifestantes e portar um frasco de vinagre



Piero Locatelli ficou detido por duas horas

NO CENTRO de São Paulo para cobrir os protestos do Movimento Passe Livre, o repórter de *CartaCapital* Piero Locatelli registrava imagens de uma revista policial no Viaduto do Chá quando foi abordado pela Polícia Militar. Mesmo após se identificar como jornalista, foi revistado e acabou detido por portar um frasco de vinagre *Qualitá*, comprado pouco antes por menos de 2 reais. “Aprendi com manifestantes que o vinagre atenua os efeitos do gás lacrimogêneo. Como passei mal ao cobrir os primeiros protestos, quis me precaver”, explica o repórter. A justificativa foi apresentada

aos policiais. De nada adiantou. Os soldados diziam cumprir ordens superiores.

Apesar dos protestos de outros jornalistas, Locatelli teve de permanecer virado para a parede, com as mãos para trás e o olhar voltado para o chão, antes de ser obrigado a entrar em um ônibus da PM. “Não disseram para onde me levariam, tampouco o motivo da prisão. Jamais imaginei que pudesse ser detido por porte de vinagre.” Encaminhado ao 78º DP, nos Jardins, em companhia de cerca de 40 manifestantes, só seria liberado pela Polícia Civil após a intervenção dos advogados de *CartaCapital* por volta de 7h15 da noite. O comandante das operações policiais na região central, tenente-coronel Marcelo Pignatari, esclareceu não ser crime portar vinagre, “um produto de venda liberada”. Mas alegou ser necessária uma perícia para comprovar que o produto era mesmo o popular ácido acético usado para temperar saladas. O despreparo e a arbitrariedade da prisão resultaram em manifestações de repúdio da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e da Anistia Internacional.

(PT), que decidiu encampar a proposta no início da década de 90, o secretário municipal dos Transportes, Lucio Gregori, propôs a criação de um fundo para garantir a tarifa zero. O projeto acabou abortado. “A intenção da prefeitura era aumentar o IPTU nas áreas mais valorizadas da cidade para bancar o custo”, explica. “O que está em jogo é uma decisão política, se o governo está ou não disposto a criar uma forma de subsidiar o transporte.” Diversas

capitais europeias e latino-americanas bancam mais da metade da tarifa (*Gráfico à pág. 34*). “Em São Paulo, o subsídio gira em torno de 12%.”

Enquanto o impasse não se resolve, manifestantes reafirmam a promessa: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”. Ajudar pela força dos últimos protestos, a população paulistana deve se preparar para outra temporada de intensos embates. •

*Colaboraram Lino Bocchini e Piero Locatelli

É a hora do "quebra-queixo"

GOVERNO A presidenta reage às manifestações e aos ataques midiáticos anunciando uma temporada de entrevistas coletivas à imprensa

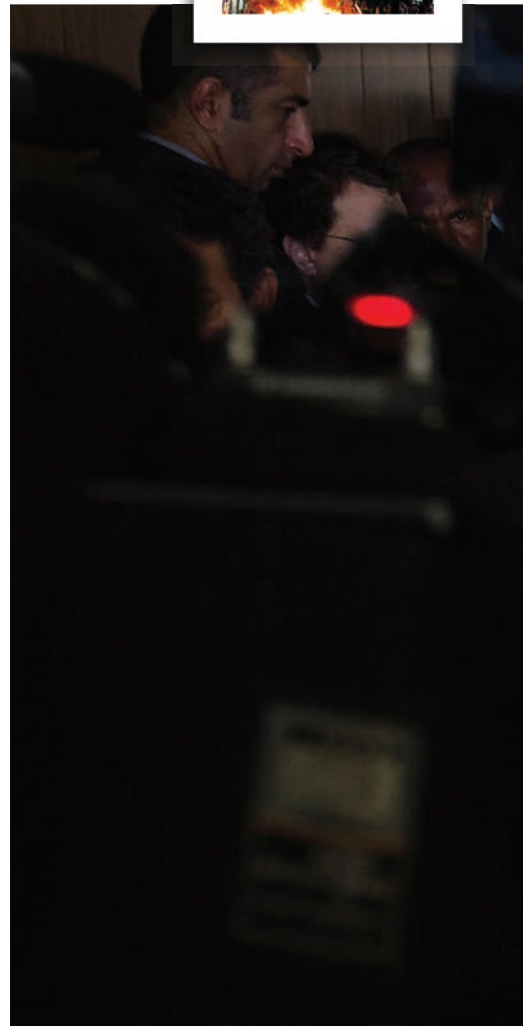
POR ANDRÉ BARROCAL

O LUAR COMEÇAVA a cair na Granja do Torto, a casa de campo que é uma das residências oficiais da Presidência da República, quando Dilma Rousseff passou ao vice, Michel Temer, o comando da terceira reunião ministerial do atual governo, na segunda-feira 1º. Depois de ouvir auxiliares sobre economia, obras e Copa do Mundo, ela levantou-se da mesa e saiu da sala. Foi com surpresa que os repórteres viram-na entrar em um auditório onde aguardavam informações da reunião convocada às pressas pela manhã. Eram 18h55. Nos 35 minutos seguintes, a imprensa saberia das coisas pela voz da própria

presidenta. Enquanto contava que o assunto principal era a reação do governo à onda de manifestações, Dilma disse: "Eu vou fazer muito quebra-queixo".

"Quebra-queixo" é como são conhecidas aquelas entrevistas rápidas de autoridades cercadas de microfones e gravadores, geralmente antes ou depois de eventos públicos, nas quais os jornalistas se espremem de pé e disputam as perguntas no grito. O batismo bem-humorado alude ao risco de o entrevistado ser golpeado por um repórter afoito. Emblema da verve retórica do ex-presidente Lula, o "quebra-queixo" simboliza mais uma cartada da presidenta para tentar superar problemas trazidos à tona pelos protestos.

Daqui para a frente, a presidenta vai dar mais entrevistas, fazer mais discursos, reforçar a defesa pública de decisões oficiais. Sentindo-se acuados pelo estilo retraído da chefe, os ministros também falam pouco, mas agora estão sendo cobrados a se expor, a concluir obras e programas e a divulgar melhor as realizações. Críticas e desinformação não devem ficar sem contra-ataque. O primeiro escalão foi abastecido com dados e realizações do governo, para uso em entrevistas e aparições públicas. Ignoradas até agora na comunicação dilmista, as redes sociais que ajudaram a mobilizar multidões já merecem atenção especial, com a contratação de especialistas.





Foi preciso encarar a maior queda de popularidade de um governo desde o confisco da poupança por Fernando Collor em 1990, para que Dilma ouvisse os apelos de Lula e conselheiros de fora do governo e aceitasse mudar de atitude. O tombo, que deflagrou a convocação da repentina reunião ministerial, foi apontado pelo *Datafolha* no sábado 29. Segundo o instituto, cujo levantamento se deu em meio às manifestações, a gestão Dilma perdeu 27 pontos de aprovação, baixando para 30% de bom ou ótimo. Os altos e inéditos índices obtidos por Dilma até o início do ano eram uma espécie de escudo da presidenta contra ponderações de que devia adotar outra

A queda de popularidade obriga Dilma a ouvir os apelos de Lula e de conselheiros fora da esfera governista

postura. Se o povo estava satisfeito, não havia nada de errado.

Segundo um conselheiro presidencial, Dilma não compartilharia da visão de que a história de um governo e sua imagem junto ao eleitorado dependem do entendimento dos meios de comunicação,

dos adversários do governo e do próprio governo. Compreender tal situação foi um dos maiores aprendizados de Lula na Presidência. Em um congresso da União Nacional dos Estudantes em Goiânia há dois anos, ele sintetizou a importância de se comunicar: “Eu competia com o que eles (*órgãos de comunicação e oposição*) falavam, e o povo acreditava em mim”.

Dilma lembra o velho PT fundado pelo antecessor. Acha que realizações administrativas bastam para cativar as pessoas. Atitude parecida com a que dispensa à política. O mérito das propostas que apresenta seria evidente, não haveria por que negociar com os partidos e o Congresso. “Política é convencer com



Conflitos. O vice Temer comanda a reunião contra o plebiscito já. Teixeira lamenta as declarações do ministro das Comunicações

emoção e com razão, é mobilizar pessoas. E só se faz isso com comunicação”, diz o sociólogo Albino Rubim, autor de livros sobre comunicação e política e secretário estadual de Cultura na Bahia.

A mudança de comportamento de Dilma era há tempos desejada pelo PT, que teme ser o mais afetado pelos protestos, já que está no poder há dez anos. Mas o partido acha que mudança de estilo é pouco. Petistas cobram políticas de estímulo à circulação de informações a partir do uso da verba de publicidade estatal e da elaboração de uma nova lei para reger concessões públicas de tevê e rádio. E mais: querem a demissão dos ministros Helena Chagas (Comunicação Social) e Paulo Bernardo (Comunicações), considerados culpados por não tentarem convencer Dilma a fazer o que ela mesma não quer fazer. Petista, Bernardo deu uma entrevista a *Veja* durante os protestos carimbando de censura algumas ideias defendidas pelo partido e ficou ainda mais em baixa entre os companheiros. “Foi uma entrevista desnecessária, um tiro para dentro do próprio quartel”, diz o secretário-geral do PT, Paulo Teixeira.

A intenção de Dilma de reinventar-se na comunicação é uma das consequên-

O PT mobiliza-se, pede uma nova lei para concessões de tevê e rádio, mais a demissão de Paulo Bernardo e Helena Chagas

cias mais importantes impostas ao governo pelos protestos. Mesmo sem ter sido o alvo principal de mobilizações que atiram para todos os lados, a presidenta tem sido quem mais se esforça para tirar lições e proveito da crise. Chamou a Brasília governadores e prefeitos para propor um pacto de melhora dos serviços públicos. Escancarou o gabinete para os movimentos sociais, algo que ela espera que se repita nos ministérios. Pressionou os ministros para que apresentem programas novos e concluem obras em andamento. Abraçou a bandeira da reforma política. Nesse caso, porém, foi derrotada na semana passada por uma classe política disposta a vender cada vez mais caro qualquer tipo de colaboração, numa espécie de troco por dois anos de maus-

tratos recebidos da presidenta, segundo não hesitam em sustentar diversas figuras parlamentares.

A proposta de plebiscito destinada por Dilma a orientar a reforma chegou ao Legislativo na terça-feira 2. Sugeriu ouvir a população sobre cinco temas: financiamento de campanhas com dinheiro público ou privado, critério de eleição de deputados, existência do suplente de senador, coligação entre partidos nas campanhas e votações secretas no Congresso. No mesmo dia, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que precisava de 70 dias para organizar o plebiscito, mas que dava para realizá-lo em 8 de setembro. Ou seja, a tempo de os congressistas aprovarem novas leis até outubro, e elas valerem nas eleições de 2014.

Na quinta-feira 4, porém, com Dilma na Bahia, líderes de partidos na Câmara dos Deputados reuniram-se em Brasília com Michel Temer e sustentaram que a presidenta corre o risco de ser derrotada. A maioria dos líderes deixou claro que não quer aprovar a proposta de plebiscito para o TSE realizá-lo este ano. Resistem à ideia de mudar as regras tão rapidamente, sem poder calcular os efeitos sobre si ▶▶

Velhos tempos. Tanto Lula quanto Eduardo Campos podem voltar ao passado

▶ mesmos. Preferem que a consulta popular ocorra só no ano que vem, para que o Congresso altere a legislação em 2015 e as novidades entrem em vigor nas eleições municipais de 2016.

Para o cientista político Antonio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), é impossível promover uma reforma política a toque de caixa. As mudanças ameaçam a sobrevivência de quem já está no ramo e opõem os dois maiores partidos do Congresso e do governo. "Uma reforma profunda depende de uma Constituinte exclusiva, e essa é uma questão jurídica controversa. Sem isso, só passam mudanças feitas de forma gradual e negociada", afirma Queiroz. "PT e PMDB disputam para criar um modelo que os beneficie diretamente, é um querendo engolir o outro."

A chacoalhada que as manifestações promoveram no País tiveram outro desdobramento político importante: a reaproximação de Lula com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Parceiros antigos, eles tinham se afastado desde que no começo do ano Campos decidira lançar-se candidato a presidente da República em 2014, embora sem nunca ter admitido publicamente. Agora os dois voltaram a se falar. Na quinta-feira 20 de junho, dia que mais levou gente às ruas, passaram duas horas ao telefone vendo os protestos pela televisão e trocando impressões.

Até o estouro das manifestações, a candidatura imaginada por Campos agonizava graças a uma operação comandada por Lula segundo uma lógica militar. A chapa foi minada na retaguarda, ou seja, dentro das fileiras do PSB. Por pressão



petista e federal, governadores e prefeitos do partido manifestaram-se em público contra as pretensões de Campos. A ofensiva funcionou porque, apesar do avanço eleitoral socialista em 2012, fenômeno que embalou o sonho de Campos, não havia uma articulação interna no partido capaz de dar vida e corpo a uma candidatura forte em pouco tempo.

A operação de Lula respondia ao medo petista de ver Dilma tendo de encarar um segundo turno na eleição do ano que vem. Em 2010, quando não havia protestos, a economia crescia, o governo tinha alta aprovação, muitos movimentos sociais e partidos estavam fechados com Dilma, ela venceu sem muita folga, com 56%. Quando surgiu a possibilidade de uma candidatura do governador pernambucano, houve quem enxergasse um risco sério para a presidenta.

As manifestações e suas consequências fizeram esse receio disparar entre os petistas nos últimos dias. E, por isso mesmo, transformaram o futuro de Eduardo Campos numa incógnita. Segundo um aliado, o governador não concorrerá se o próprio Lula voltar à cena, hipótese que o ex-presidente mais uma vez afastou

Em lugar de Schumacher, os petistas preferiam que Lula se comparasse a Michael Jordan

durante a semana, a partir de uma entrevista na África. Em conversas reservadas nos últimos dias, Lula também foi sondado e saiu-se com uma de suas metáforas esportivas. Disse que não queria ser o novo Michael Schumacher, o alemão que abandonou a Fórmula 1 como o maior piloto da história, voltou à ativa e foi um fracasso.

Os lulistas mais saudosos preferiam que o ex-presidente invocasse outro atleta de prenome Michael, o norte-americano Jordan. O lendário jogador de basquete deixou a NBA nos anos 90 como o tricampeão e o melhor de todos os tempos, para dedicar-se ao beisebol. Dois anos depois, desfez a aposentadoria, retornou às quadras, conquistou outro tricampeonato e aí, sim, encerrou a carreira. Maior do que da primeira vez. •



Uma agenda para o Brasil

► **A reforma política, requeitada que seja, pode comover parte da população. Mas a improvável deliberação até 2014 vai contra a urgência das ruas. E seus objetivos são nebulosos**

ARRISCO-ME A DIZER aqui que não haverá reforma política alguma a partir do desastroso caminho tomado pelos conselheiros da presidenta Dilma Rousseff, como tentativa marqueteira de mudar a agenda assustadora que as ruas estiveram mandando nos últimos dias e que, muito cedo e muito fortemente, já impactou nos níveis de aprovação do governo. Primeiro, a incrível proposta de uma Constituinte exclusiva. Depois, e de fininho, um plebiscito.

Essas propostas não surgiram de uma descuidada declaração numa não planejada entrevista. Foram apresentadas numa fala oficial!

Que o Brasil tem praticamente todas as suas institucionalidades centrais sob forte crítica isso já se sabe. É ampla a queixa contra o nosso sistema de tributos. São enormes e crescentes a insustentabilidade e a injustiça de nosso sistema de Previdência Social. Parece, bem mais entre os letrados, que precisamos de uma mudança profunda nas próprias instituições de nossa muito jovem e já esclerosada democracia representativa. Então é possível que a tal reforma

política, requeitada que seja, possa até comover uma parte importante de nossa população, até porque a maioria dos manifestantes nas ruas era de jovens de boa escolarização e de renda ascendente.

O problema, entretanto, é de duas ordens, pelo menos: a urgência das ruas *versus* a improvável deliberação a tempo para influir no calendário de 2014; e o objetivo mesmo da reforma.

Para o povo, que muitas vezes se esquece de que 100% dos políticos que aí estão foram eleitos por nós, a população, a reforma desejada seria aquela que prevenisse e coibisse a corrupção de forma pronta e drástica, e aquela que garantisse que não haveria distância entre as promessas de véspera de eleição e a prática dos mandatos posterior às campanhas. Suspeito que nenhuma reforma política produzida pela atual coalizão no poder será capaz de responder mesmo a essas questões. Vamos tentar mesmo assim.

Mas é preciso prevenir a população para que não alimente ilusões sobre esse assunto. Senão, a volta às ruas, e especialmente a ida às urnas, poderá ser muito pior para o governo. E as alternativas que hoje se assumem podem piorar ainda mais as coisas que já não estão bem.

O regime parlamentarista – fora de cogitação porque enterrado pelo povo num plebiscito – absorveria esta crise com certa instantaneidade: cairia o gabinete ou se convocariam eleições gerais antecipadas. No presidencialismo, as coisas são bem mais difíceis e rígidas. Mas é preciso construir uma agenda concreta que ataque o centro do problema conjuntural do País: saúde, segurança pública, transporte e corrupção, penso eu. E, por trás de tudo, a economia do País em pandarecos.

Há muito por fazer nessas áreas com a urgência que os tempos pedem. Muito

de gerência, algumas mudanças institucionais mais simples, pouquíssimas mudanças institucionais mais elaboradas.

Mas, repito aqui, nenhuma intolância resiste ao anúncio de um plano benfeito que, crível, anuncie metas, prazos, controles, fontes de financiamento, supervisão e gestão qualificada.

A presidenta precisa fazer uma ampla reforma ministerial em direção a qualificar minimamente a sofrível gestão que hoje temos. Deveria começar por extinguir uma dezena e meia de sinecuras.

Poderia propor imediatamente uma lei de responsabilidade social que determinaria mínimos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em base territorial micro ou mesorregional que, uma vez não alcançados, deflagrariam intervenções saneadoras das esferas centrais de poder.

Um programa de qualificação do magistério ofereceria cursos de reciclagem e retreinamento e aqueles que atingissem níveis ótimos, apurados por avaliação severa, receberiam uma gratificação especial, pouco importa se vinculados a municípios ou estados. Faltam professores de matemática hoje no Brasil! Sem matemática, sem engenharia; sem engenharia, sem tecnologia e inovação.

Mais de 70% dos homicídios que acontecem nas grandes cidades têm a droga como motivo ou contexto. Uma operação nacional especial das polícias, todas integradas, sob liderança da Polícia Federal, deveria ser deflagrada para apreensão e formação de culpa dos traficantes. Apelo presidencial poderia convergir o Ministério Público e o Judiciário para essa ruptura na impunidade.

Exemplos apenas do que pode ser feito a sério. •

colunistas@cartacapital.com.br



A Inteligência burra

► **Por que a polícia não havia previsto as recentes manifestações de rua?**

FRASE

“Estamos aqui para exigir um Estado laico. Não abrimos mão disso”

Táisa Machado, atriz que preferiu abrir mão do sustiã nas manifestações durante a chegada do papa ao Rio

A PESAR DE PEQUENAS gafes e deslizes do policiamento encarregado de protegê-lo no Brasil, o papa Francisco saiu ileso. Nem sempre os erros são pequenos assim. Normalmente são graves e repetitivos, com mortos e feridos, como tem ocorrido nas manifestações de rua, nos últimos dois meses, em várias cidades do País.

Os equívocos são muitos e começam de um ponto banal, como aponta o professor Jorge da Silva. “A polícia brasileira, em geral, confunde as atividades de investigação com as de inteligência. A investigação, como é sabido, visa elucidar os fatos *a posteriori* e apontar culpados. A inteligência é o armazenamento de informações gerais que circulam na sociedade e no cruzamento e análise dessas informações, com a finalidade de prever acontecimentos futuros”, esclarece o professor, que é doutor em Ciências Sociais e ex-chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

“No início, as autoridades demonstraram total desconhecimento do que viria à frente. Minimizaram as manifestações e rotularam os manifestantes de baderneiros e vândalos”, diz.

“Por que as polícias teriam se surpreendido pela ação de grupos ideológicos anarquistas que agiram conforme anunciaram em rede? Como não sabiam? E como não tinham uma estratégia específica para enfrentá-los?”, pergunta Jorge da Silva, surpreso com a surpresa dos serviços de inteligência sobre a existência do movimento anarquista.

“Desconhecem que grupos ideológicos como o Black Bloc, com simpatizantes também no Brasil, agem de forma idêntica, roupa preta, capuzes, máscaras, com a estratégia de infiltrar-se em manifestações e protestos para praticar atos de vandalismo e destruição?”

Ele não consegue evitar o tom de ironia ao falar do “serviço de inteligência” que havia detectado a infiltração de traficantes e milicianos nas manifestações. “Estranha conclusão. O objetivo de traficantes e milicianos é financeiro, é dinheiro. O dos anarquistas é outro. É ideológico, contra as estruturas. A não ser que traficantes e milicianos tenham aderido ao objetivo dos anarquistas de mudar a sociedade.”

No Rio, as hipóteses se misturam aos boatos. Um deles é o de que o vandalismo seria uma orquestração contra o governo com o propósito de desestabilizá-lo.

Para Jorge da Silva há uma perigosa inversão do papel da polícia, ocorrida principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, onde, “em vez de as polícias serem acionadas para garantir as manifestações e proteger os manifestantes, o foram para reprimi-los com rigor. Deu no que deu”.

Qual seria a forma adequada de ação das polícias? “Parece-me fácil concluir o que se deve fazer. Esse assunto não se resolverá apenas com a força, como sempre foi a tônica na nossa história. Não dá mais.”



Silva. “Eles confundem atividades de investigação com as de Inteligência”

Dilma em questão I

Não tem consistência a afirmação de que a queda na popularidade e, principalmente, a avaliação do governo da presidenta Dilma Rousseff seja resultado das manifestações de rua nos meses de junho e julho. As primeiras manifestações retumbantes, de 6 e 7 de junho, em São Paulo, foram feitas pouco antes do campo da pesquisa CNI/Ibope de 8 a 11 daquele mês. Tempo curto para refletir os protestos paulistanos e a data da sondagem de âmbito nacional.

Há uma queda de 8 pontos na avaliação do governo no item “ótimo/bom” em relação à pesquisa de março.

Entre junho e julho, a avaliação do governo despencou de 55% para 31%.

Dilma em questão II

As manifestações e a queda não estão refletidas no juízo feito sobre as políticas públicas do governo federal (tabela 1).

Entre março e julho, os índices de reprovação da saúde, educação e segurança têm pouca variação. A saúde tem sua variação negativa elevada em 4 pontos.

Segurança e educação, ao contrário, têm boa elevação positiva. A primeira cai de 66% para 40% e a segunda baixa de 50% para 37%.

Nesses cinco meses, de março a julho, o único sollevamento nesses casos é a

reprovação da política de combate à inflação, que entre março e junho subiu de 47% para 57%.

Esse é o sinal mais forte e aparentemente capaz de alterar a opinião.

Política e protestos

Surge, porém, um curioso complicador nessa hipótese.

A pesquisa faz uma pergunta aos entrevistados (tabela 2) sobre razões que os levariam a novos movimentos de protesto.

A resposta disparada é por maiores investimentos em saúde, 43%, seguida por “contra a corrupção”, com 35%.

Surpreendentemente, somente 14% dos entrevistados se dispõem a se manifestar “contra os políticos em geral”. O percentual desaba para apenas 4%, se o objetivo for protesto contra o governo federal e a presidenta. Número igual aos governos estaduais e aos prefeitos.

Contra os partidos, vendidos nas manifestações, a mobilização atrai 3% das respostas.

Veja e Juquinha

Na semana passada, na edição nº 758, foi publicada nesta coluna a notícia sobre o alto índice de reprovação do governador Sérgio Cabral.

A nota fazia referência a um episódio recente, desgastante para ele. O flagrante de um helicóptero oficial transportando sua família para um fim de semana na

mansão de Cabral, em Mangaratiba (RJ).

Sugeri, como ilustração, a foto do embarque do cão do governador.

A produção da revista recebeu a seguinte resposta de um funcionário do detentor das fotos:

“A Editora Abril informou que não podemos licenciar imagens de *Veja* para a *CartaCapital*”.

Por um lado, decisão surpreendente em operações comerciais. Por outro, os leitores deixaram de conhecer Juquinha, o cãozinho tibetano da raça shih-tzu.

Atos e fatos

Recentemente, a presidenta Dilma Rousseff convidou e recebeu, no Planalto, representantes do mundo jurídico para debater as manifestações nas ruas.

Joaquim Barbosa, presidente do STF, falou aos repórteres, por quase uma hora, sobre o encontro aparentemente amigável.

Na segunda-feira 22, JB foi cumprimentar o papa Francisco, no Palácio Guanabara, no Rio, em cerimônia com a presença da presidenta.

Após apertar a mão do papa, ele, ostensivamente, recusou-se a saudar Dilma. Depois emitiu um comunicado desmentindo o que as câmeras mostraram.

Como explicar a desfeita a uma senhora que, além disso, preside a República?

TRAJETÓRIA DA QUEDA

Março

Avaliação do governo

Ótimo e Bom: **63%**

Pior desempenho

Saúde **67%**
Segurança **66%**
Educação **50%**

Junho

Avaliação do governo

Ótimo e Bom **55%**

Pior desempenho

Saúde **66%**
Segurança **67%**
Educação **51%**

Julho

Avaliação do governo

Ótimo e Bom **31%**

Pior desempenho

Saúde **71%**
Segurança **40%**
Educação **37%**

Fonte: Pesquisas CNI/Ibope - Margem de erro 2%

O QUE O FARIA PARTICIPAR DE NOVAS MANIFESTAÇÕES?

Contra os políticos em geral **14%**

Contra os partidos **3%**

Contra o governo federal/presidente **4%**

Contra o governo estadual/governador **4%**

Contra a prefeitura/prefeito **3%**

Fonte: Ibope



O BLACK BLOC ESTÁ NA RUA

Nem grupo nem movimento, essa tática de guerrilha urbana anticapitalista pegou carona nos protestos atuais. Como esse fenômeno pode impactar o Brasil

por PIERO LOCATELLI E WILLIAN VIEIRA
fotos de MARCOS MÉNDEZ

COM UM MARTELO em punho, uma jovem de rosto coberto vestida de preto tenta destruir um Chevrolet Camaro (de 200 mil reais) em uma concessionária na Avenida Rebouças, São Paulo. Outros trajados da mesma forma, paus e pedras nas mãos, estilhaçam a parede de vidro de uma agência bancária. Uma faixa pede a saída do governador Geraldo Alckmin – o A do nome traz o símbolo de anarquia. Até chegarem as bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo da tropa de choque da PM. Sem movimento social ou partido à frente, o protesto reuniu cerca de 200 jovens, deixou lojas pichadas e 20 detidos na terça 30 de julho. Mas as cenas parecem repetidas, a ecoar os eventos que há meses têm chacoalhado o País.

Desde o princípio das manifestações de rua no dia 6 de junho de 2013 em São Paulo contra o aumento nas passagens de ônibus, muito ficou por ser entendido. Seria a carestia a motivação dos protestos que cruzaram a barreira de 1 milhão de pessoas em todo o Brasil ou o esgotamento do sistema político? E os manifestantes, eram jovens anarquistas sem partido ou seriam necessários novos conceitos para

dar conta de tantas vozes? De todas as perguntas, a que mais intrigou o País segue sem resposta clara: em meio ao mar de cabeças e punhos em riste, quem eram e o que queriam aqueles jovens de preto dispostos a destruir bancos e lojas e enfrentar a polícia com as próprias mãos?

Black Bloc foi o termo surgido de forma confusa na imprensa nacional. Seriam jovens anarquistas anticapitalistas e antiglobalização, cujo lema passa por destruir a propriedade de grandes corporações e enfrentar a polícia. Nas capas de jornais e na boca dos âncoras televisivos, eram “a minoria baderneira” em meio a “protestos que começaram pacíficos e ordeiros”. Uma abordagem simplista diante de um fenômeno complexo. Além da ameaça à propriedade e às regras do cotidiano (como atrapalhar o trânsito e a visita oficial do papa), as atuações explicitaram a

emergência de uma faceta dos movimentos sociais, de cunho anarquista e autonomista, que vão do Movimento Passe Livre (MPL) e outros coletivos até a face extremada dos encapuzados. Corretos ou não, a tática Black Bloc forçou a discussão sobre o uso da desobediência civil e da ação direta, do questionamento da mobilização pelo próprio sistema representativo. Ignorá-los não resolve a questão: o que faz um jovem se juntar a desconhecidos para atacar o patrimônio de empresas privadas sob risco de apanhar da polícia?

“O que nos motiva é a insatisfação com o sistema político e econômico”, diz Roberto (nome fictício), 26 anos e três Black Blocs na bagagem. Ele não se identifica por razões óbvias: o que faz é ilegal. Roberto já havia ido às ruas contra a alta da tarifa, sem depredar nada. Conheceu a tática e decidiu pelas vias de fato. “Nossa sociedade vive permeada por símbolos. Participar de um Black Bloc é fazer uso deles para quebrar preconceitos, não só do alvo atacado, mas da ideia de vandalismo”, diz. As ações de depredação não seriam violentas por não serem contra pessoas. “Não há violência. Há performance.” Roberto confia em coletivos como o MPL e a Marcha das Vadias. Mas não em partidos políticos.



Sem cara. O bloco não é centralizado nem permanente. São desconhecidos com anseios similares unidos para uma única ação. E, por isso, incontroláveis

Reportagem de capa



Modus operandi. Depredações de símbolos capitalistas, pichações anarquistas e a tomada das ruas em embates com a polícia. Assim funciona um Black Bloc



“Não me sinto representado por partidos. Não sou a favor de democracia representativa e, sim, de uma democracia direta.”

Estudar política e quebrar bancos caminham juntos. “Não se trata de depredar pelo simples prazer de quebrar ou pichar coisas, mas de atacar o símbolo representado ali. Quando atacamos uma agência bancária, não somos ingênuos de acreditar que estamos ajudando a falir um banco, mas tornando evidente a insanidade do capitalismo. Política também se faz com as próprias mãos.” Como Roberto, milhares de jovens simpatizam com a causa e o modo de defendê-la. Juntas, as páginas do Black Bloc no Facebook receberam 30 mil “likes”. Novas surgem a cada dia. Páginas fechadas têm centenas de membros. E eles já se encontram fora da internet. Após o protesto em São Paulo no dia 11, participantes fizeram uma reunião espontânea e sem líderes.

“O Black Bloc no Brasil veio para ficar”, afirma Pablo Ortellado, professor da USP. O pesquisador participou de protestos antiglobalização no começo dos anos 2000, quando o termo apareceu pela primeira vez no País. Hoje estuda a emergência de tais grupos. Para entendê-los, diz, é preciso voltar no tempo. A denominação surgiu na Alemanha nos anos 80, com uma pauta (ecologia radical) e uma função específica: isolar manifestantes e polícia, evitando cassetetes e agitadores infiltrados. Em 1999, manifestaram-se com violência em Seattle (EUA), quando a Organização Mundial do Comércio ali se reuniu. Protestos terminaram com pichações e depredação de empresas como Starbucks. “É quando o anarquismo dominou e o Black Bloc ficou associado ao uso da violência como ação direta, passando a ter caráter mais estético, espetacular, de intervenção urbana.” Por aqui, ambos os momentos ocorreram. “No Brasil, eles

"Os rostos cobertos se tornaram a imagem do ativismo radical contemporâneo", diz o cientista político Saul Newman

cumpriram as duas tarefas", diz Ortellado. Num primeiro ato, protegeram os manifestantes da repressão policial, tradição alemã. Depois, sobrou o modelo americano, de ataque simbólico a grandes corporações, de espetáculo midiático.

No fim de junho, o País viu o MPL conseguir, na base dos protestos nas ruas, baixar a tarifa de ônibus Brasil afora. Sem sua organização, os protestos continuaram com bandeiras confusas e reivindicações mais amplas – exatamente a conjuntura na qual os Black Blocs florescem. Se no começo eles tomavam carona em protestos organizados por entidades com pautas claras, pouco a pouco passaram a agir sozinhos. O protesto de terça 30, por exemplo, teve convocação apócrifa. Tais manifestações tendem a ocorrer cada vez mais desse jeito: instantâneas, acéfalas, impossíveis de controlar. Como não são uma organização, mas uma tática condicionada a contextos políticos, os Black Blocs devem surgir com mais frequência. A Copa do Mundo e as Olimpíadas, com seus espaços delimitados, gastos controversos e simbologias fartas, são alvos esperados.

O arcabouço teórico e prático paira na rede. Uma espécie de biblioteca virtual, com links para o "cânone" do Black Bloc, é replicada nas páginas dos seguidores da tática. Há o "Manifesto Black Bloc", com máximas de caráter político, e o "Manual de Ação Direta", espécie de treinamento a distância para a ação direita, com as seções: desobediência civil (e temas como

"usando escudos", "apanhando da polícia" e "lidando com animais"); primeiros socorros (além dos itens "gás lacrimogêneo" e "spray de pimenta", há dicas de como lidar com queimaduras e traumatismos cranianos); e "leis, direitos e segurança" ("sendo preso", "na delegacia" e "como deve ser a sua mochila" são os tópicos). Uma frase do manual dá o tom: "Lembre que o que eles fazem conosco todos os dias é uma violência, a desobediência violenta é uma reação a isso e, portanto, não é gratuita, como eles tentam fazer parecer".

O surgimento de um bloco não é centralizado nem permanente. É o encontro de indivíduos com propósitos similares, mas nunca coibidos pela coletividade. "Uma formação temporária, sem identidade, na qual os indivíduos podem nem saber quem é a pessoa ao lado. Por isso é difícil controlá-los", diz Saul Newman, professor de teoria política da Goldsmiths University, de Londres. Newman cunhou o termo pós-anarquismo para abarcar formas de resposta direta, às vezes radicais, a um Estado que interfere cada vez mais na vida de seus cidadãos. A sociedade estaria subestimando esse potencial político. "Ainda que os Black Blocs representem uma minoria no movimento anarquista, são um importante símbolo da emergência de novas formas de políticas antiautoritárias. Seus rostos cobertos se tornaram a imagem do ativismo radical contemporâneo."

Entre os manifestantes não ligados ao Black Bloc, duas posturas ganham espaço. Por um lado, certo romantismo idealista alimentado pelas redes sociais. Pois eles agiriam como "linha de frente no enfrentamento com a polícia", diz um blog anarquista. De outro há uma ojeriza irreduzível. Em uma democracia jovem, desacomodada com manifestações difusas, qualquer protesto fora do *script* é temido.

OS BLOCOS NA HISTÓRIA



1980

BERLIM

O termo surge em protestos antinucleares. Como uma linha de frente, isolavam manifestantes da polícia

1999

SEATTLE

Durante reunião da OMC, eles destroem o centro financeiro da cidade e atacam símbolos como Starbucks



2011

ROMA

Ao tomar parte dos protestos do Occupy e praticarem a ação direta, os blocos foram criticados. O mesmo ocorreu em Nova York



2011

LONDRES

Protestos contra os cortes promovidos pelo governo na onda de austeridade na Europa pós-crise acabaram em confronto com a polícia

2013

CAIRO

Nas celebrações do segundo aniversário da queda da ditadura, atacaram sedes da Irmandade Muçulmana



Reportagem de capa

Durante os atos de junho, não faltaram críticas: eles só seriam válidos se pacíficos, por meio da palavra. “Mas como protestar pela palavra se é ela o suporte por meio do qual o Estado de Direito exerce violência?”, indaga o professor de teoria política Nildo Avelino, do Grupo de Estudos e Pesquisas Anarquistas da UFPB. “É preciso criar novas formas de comunicar: o Black Bloc pode ser uma delas.”

Para Avelino, o Black Bloc pode ser visto como a retomada de um tipo de ação praticada pelos anarquistas no século XIX, a propaganda pelo fato, ali para suprir a insuficiência da propaganda oral e escrita quando a prática eleitoral ganhava influência. A razão desse retorno à ação direta adviria da paulatina perda da dignidade imposta pelo capitalismo. O que explica a aceitação dos Black Blocs entre jovens na rede: o fenômeno daria voz a anseios difusos de quebrar a ordem, longe das vias institucionais. Mesma opinião tem o ativista americano John Zerzan, um dos primeiros a defender a tática nos EUA. Em 1999, a mídia associou os protestos de Seattle à sua influência. À época, o centro financeiro da cidade foi destruído. “Não será surpresa ver novas e maiores manifestações do Black Bloc no futuro”, afirma. “Demonstrações pacíficas não alcançam nada. Os protestos de 2003 contra a Guerra do Iraque foram os maiores da história e não conseguiram nada.”

Um veredicto temerário, não só por instaurar o embate físico em detrimento do debate político como regra, mas por alimentar justamente a opressão combatida. Não sendo possível separar ativistas encapuzados de policiais infiltrados e com a expansão da tática, seria possível realizar no futuro ações diretas de massa não violentas, sem embates violentos televisados e criticados por setores amplos da sociedade? “A proeminência das táticas dos



Ação direta.
Para os adeptos, uma barricada pode valer mais que uma reunião

Black Blocs em insurreições recentes ao redor do mundo, inclusive no Brasil, tem alimentado o estereótipo dos anarquistas como destrutivos”, alerta Newman. “A mídia e as elites os demonizam e usam seus confrontos espetaculares para deslegitimar protestos mais amplos.” Um problema mais sério que as depredações.

A discussão não passou ao largo de quem foi às ruas em junho no Brasil, quando bases policiais e bancos foram destruídos em protestos organizados pelo MPL. O coletivo prestou ajuda jurídica a todos os presos nos protestos, independente do crime a eles imputado. Todas as prisões eram políticas e arbitrárias, diziam. “A gente tentava evitar que houvesse treta entre os manifestantes. Tão ruim quanto o que aconteceu na Paulista, quando os militantes de partidos foram atacados, era quando havia desentendimentos entre manifestantes que optam por uma tática ou outra, entre os chamados de pacíficos

e os chamados de baderneiros”, diz Caio Martins, do MPL. Movimentos sociais e partidos (do PSTU à CUT), tradicionais portos para insatisfações juvenis nas ruas, mostraram-se contrários à depredação e à tática em geral. Mas, confusa diante dos novos atos, a “esquerda tradicional” evita falar do assunto. Ninguém os defende, com receio de perder apoio de setores mais conservadores, e poucos os criticam, temendo prejudicar a união da chamada voz das ruas.

Fora do País, o mesmo ocorre. Mal os Black Blocs apareceram nos protestos no Cairo, manifestantes passaram a ser presos aleatoriamente sob a acusação de “terrorismo”. O mesmo oportunismo aconteceu com o Occupy Wall Street. Em 2012, o ativista Chris Hedges os descreveu como o câncer que debelou o movimento, até então bem-sucedido em debater a tirania do capitalismo financeiro. O artigo virou um manifesto anti-Black Block. Derrick Jensen, a voz mais crítica contra a tática, concorda. “Sua antipatia contra qualquer forma de organização que iniba sua liberdade de ação faz com que eles tentem destruir até organizações lutando pela revolução social”, diz. Jensen é taxativo: para quem busca alcançar conquistas sociais concretas, a tática é um desserviço. “Atos gratuitos de destruição com espírito de carnaval não vão arranhar o capitalismo”, defende. “É preciso estratégia, objetivos. E certa ética.”

"Atos gratuitos de destruição não vão arranhar o capitalismo", diz o ativista Derrick Jensen



Valores usurpados

► **A militância de esquerda está perplexa, cada vez mais distante do clamor popular, e corre o risco de ser engolida pela direita reacionária e golpista**

AO PENSAR em nossos desafios presentes e futuros, tento entender as perplexidades que fizeram, em pouco mais de uma década, nossa militância progressista e de esquerda deixar de ser estilingue, baladeira para os cearenses, e tornar-se vitrine. O moralismo de goela, é indisfarçável, virou-se contra seus apologistas e desde o assim chamado “mensalão” o grosso da militância de esquerda apanha no canto do ringue com a denúncia multifacetada da corrupção, para ficar no exemplo mais malcheiroso.

Não é só isso. Valores como ordem, segurança pública, austeridade fiscal e comportamental, eficiência, juntam-se à moralidade como temas que foram ou têm sido usurpados pela direita reacionária, sem que a nossa militância de esquerda reaja ou até mesmo se dê conta. Na verdade, ainda estamos sob a influência de uma geração que viu esses valores serem agitados pelo pensamento golpista, quando não truculento, para justificar a ruptura da ordem democrática e do Estado de direito e as violações chocantes das mínimas liberdades e franquias inerentes ao ser humano. Compreende-se, portanto. Não se

justifica mais, entretanto, sob pena de desertarmos da agenda popular e cairmos de novo no equívoco de transferir valores universais e progressistas à militância reacionária. Pior, sob pena de pautarmos nossa prática pela forma vesga com que o mundo conservador interpreta esses valores como creio, comovidamente, que fazemos hoje.

Tomemos a forma com que, perplexa e atabalhoadamente, boa parte de nossas autoridades reagiu à violência física de pequenos grupos profascistas infiltrados nas manifestações populares. Uma forçada tolerância, uma inibição desrespeitosa da polícia, um descumprimento generalizado da lei que, ao lado de garantir plena liberdade de manifestação, garante também o direito de ir e vir nas vias públicas, a incolumidade de seus patrimônios públicos ou privados, a inviolabilidade do domicílio, mesmo que seja de um político impopular, a eleição de prioridades por aqueles que têm legitimidade para tanto controladas pelas instituições da democracia. Crimes de ação pública cometidos à frente das câmeras de tevê, em vez de resultarem no devido procedimento legal, trazem integrantes politiquieiros, felizmente ínfima minoria, do Ministério Público à ribalta com um discurso de demagogia pura, enquanto pequenos comerciantes choram impotentes a destruição de suas lojas e ao assalto de suas mercadorias.

Daqui a pouco, e em meio às manifestações já surgiram os primeiros cartazes, o povo começará a chamar de volta os militares. Ou nossa demagogia revogará a história para desconhecer as imensas manifestações populares que antecederam 1964 sob o jargão da Marcha com Deus e a Liberdade? Estamos muito

longe disso, claro, mas minha reflexão é sobre valores. E esses só se afirmam na militância permanente e no exemplo.

Ao transpor essa mesma inquietação para a administração pública, de novo encontramos a perplexidade a nos colocar cada vez mais distantes do clamor popular. Ao lado da saúde, o desejo generalizado da família brasileira em toda parte é uma resposta à explosão relativamente recente dos indicadores de violência, especialmente dos assaltos à mão armada e dos homicídios. Incrível. Não há uma única iniciativa institucional ou administrativa que guarde a mais remota coerência ou proporção com a agenda do medo que se dissemina pelo País afora. No nosso vácuo, ideias toscas ganham popularidade imensa. A redução da maioria penal ou a pena de morte são as respostas da reação. E as nossas?

Na economia não é diferente. Ao contrário, aqui se pratica o crime perfeito. Ou a tentativa dele. O mundo reacionário colocou a esquerda quase toda na defesa e prática de seu modo de interpretar o equilíbrio fiscal, austeridade monetária e integração internacional. Aqui a tragédia cobrirá um preço histórico. O atual e inexplicável aumento de meio ponto porcentual na taxa de juros gera uma excedente no gasto corrente do País de cerca de 8 bilhões de reais por ano.

Valores... Coordenação estratégica do governo, iniciativa privada e academia para executar um projeto pactuado de desenvolvimento. Substituição de importações, compras governamentais, desenvolvimento regional, legislação antitruste, crítica aos atuais marcos de propriedade intelectual e remessa de lucros... Heresia pura? •

columistas@cartacapital.com.br

O desfile golpista

OPOSIÇÃO Quem são os organizadores de um protesto contra Dilma Rousseff no Dia da Independência

POR ANDRÉ BARROCAL

AS MANIFESTAÇÕES de junho começaram com a defesa do transporte público gratuito e de qualidade por militantes do Movimento Passe Livre (MPL), mas depois tomaram rumos novos e uma proporção inesperada. Aglutinados pelas redes sociais da internet, milhares de jovens foram às ruas contra “tudo isso que está aí”, sobretudo os partidos políticos. Nas mesmas redes sociais há quem tente articular outra explosão de protestos, agora no Dia da Independência. Não se sabe se o plano vai funcionar, mas uma coisa é certa: ao contrário dos acontecimentos de junho, o movimento nada tem de apartidário.

O alvo da “Operação Sete de Setembro” é a presidenta Dilma Rousseff. O caráter político-ideológico da “operação” fica claro quando se identificam alguns de seus fomentadores pela internet. Entre os mais ativos consta uma ONG simpatizante de uma conhecida família de extrema-direita do Rio de Janeiro, os Bolsonaro. E um personagem ligado ao presidente da Assembleia Legislativa e do PSDB paranaenses, Valdir Rossoni. É uma patota e tanto. Envolvidos em algumas denúncias de corrupção, não surpreenderia se eles mesmos virassem alvo de protestos.

A ONG em questão é a Brazil No Corrupt – Mãos Limpas, sediada no Rio. Seus principais integrantes são dois bacharéis em Direito, Ricardo Pinto da Fonseca e seu

filho, Fábio Pinto da Fonseca. Há cinco anos eles brigam nos tribunais contra a Ordem dos Advogados do Brasil na tentativa de acabar com a exigência de uma prova para obter o registro de advogado. Os dois foram reprovados no exame da OAB. Em sua página na internet e no Twitter, a ONG promove a “Operação Sete de Setembro” e a campanha Eu não voto em Dilma: Eleição 2014, Brasil sem PT.

Um dos principais parceiros da entidade nas redes sociais é o deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro, do PP. Pelo Twitter, ele compartilha informações, opiniões e iniciativas da ONG. A



A “Operação Sete de Setembro” mira a presidenta e seus núcleos estão no Rio e Paraná

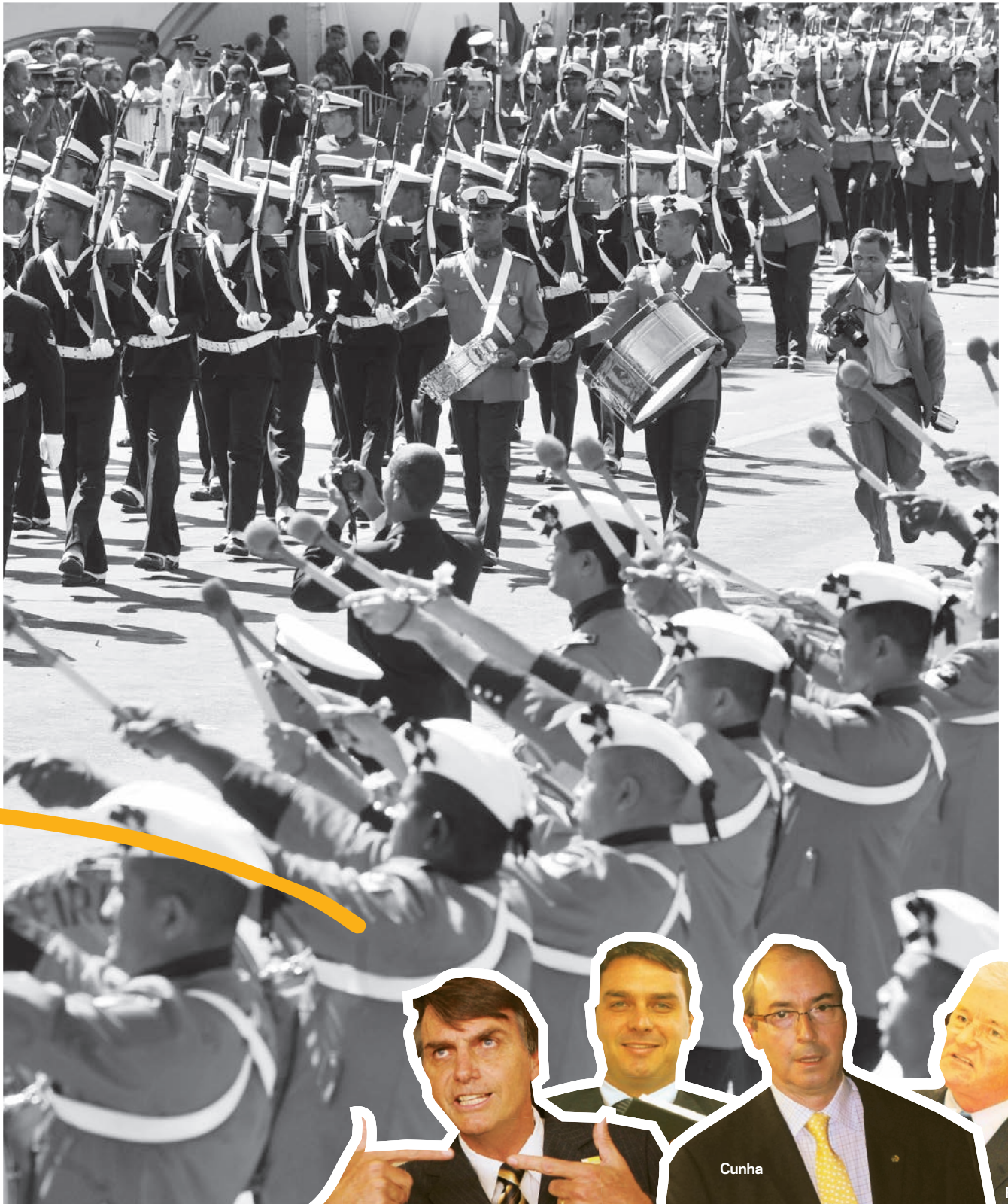
dobradinha extrapola o mundo virtual. Bolsonaro comanda na Assembleia do Rio uma frente para acabar com a prova da OAB. Em Brasília, a ONG conseguiu um neolaliado, o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que encampou a ideia de extinguir o exame.

Filho do deputado federal Jair Bolsonaro, Flávio tem as mesmas posições do pai, célebre representante da extrema-direita nacional. Os Bolsonaro são contra o casamento gay, as cotas raciais nas universidades e os índios. Defendem a pena de morte e a tortura. Chamam Dilma de “terrorista” por ter ela enfrentado a ditadura da qual eles sentem saudade. “Naquele tempo havia segurança, havia saúde, educação de qualidade, havia respeito. Hoje em dia, a pessoa só tem o direito de quê? De votar. E ainda vota mal”, declarou o Bolsonaro mais jovem não faz muito tempo.

A ONG adota posturas parecidas com aquela dos parlamentares. Em sua página na internet, um vídeo batiza de “comissão da veadagem” alguns dos críticos da indicação do pastor Marco Feliciano para o comando da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Divulga ainda um vídeo de teor racista contra nordestinos, no qual o potencial candidato do PT ao governo do Rio, o senador Lindbergh Farias, nascido na Paraíba, é chamado de... “paraibano”.

A agressividade no trato com os semelhantes custou aos Fonseca uma denúncia à Justiça elaborada pelo Ministério Público Federal no ano passado. Pai e filho foram acusados de caluniar o juiz federal Fábio Tenenblat. Em 2009 e 2010, ambos entraram na Justiça com duas ações populares contra o exame da OAB e o então presidente da entidade no Rio, Wadih Damous. A segunda ação parou nas mãos de Tenenblat, que a arquivou em julho de 2011. Na sentença, o juiz acusa os autores de “litigância

O problema é que parte dos organizadores das manifestações anda com problemas na Justiça e no Ministério Público



Os Bolsonaro: pai e filho

Cunha

Rossoni

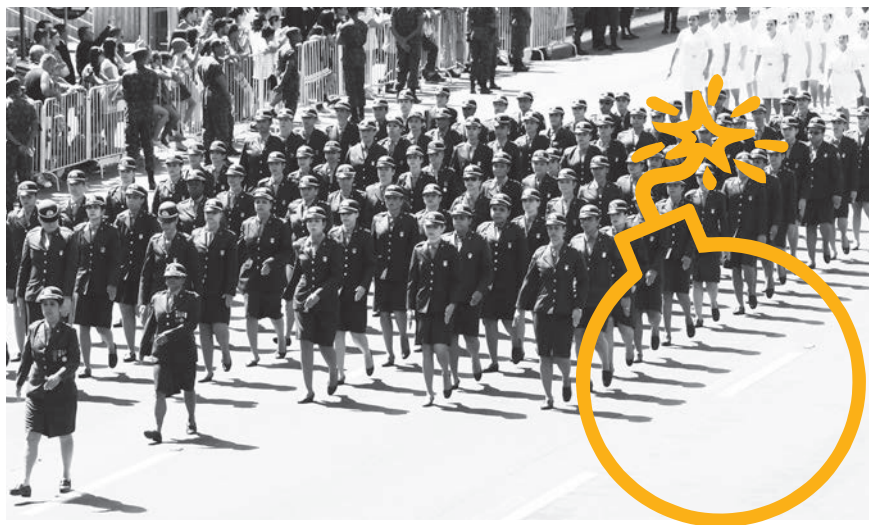
de má-fé”, pelo fato de manterem outra ação semelhante. “O dolo, a deslealdade processual e a tentativa de ludibriar o Poder Judiciário são evidentes”, anotou.

Na apelação levada ao juiz para tentar reabrir o caso, os Fonseca e seu advogado, José Felício Gonçalves e Souza, acusaram Tenenblat de favorecer a OAB “por tráfico de influência ou por desconhecimento”, o que “demonstra claramente sua parcialidade e má-fé como magistrado”. Em maio de 2012, os três foram denunciados pela procuradora Ana Paula Ribeiro Rodrigues por crime contra a honra. Em novembro, um acordo suspendeu o processo por dois anos. Os acusados foram obrigados a se retratar publicamente, a se apresentar à Justiça de tempos em tempos e a pedir autorização sempre que pretenderem deixar o Rio por mais de 30 dias. Também levaram uma multa. Se descumprirem o acordo, o processo será retomado.

Ari Cristiano Nogueira, outro ativo incentivador nas redes sociais da “Operação Sete de Setembro”, também está na mira do Ministério Público. Morador de Curitiba, é investigado por promotores estaduais por supostamente ser funcionário fantasma do gabinete do deputado Rossoni.

Nogueira é um ativo militante na internet sob o pseudônimo Ary Kara. Por meio do Twitter, foi o primeiro a circular, em meados de julho, a notícia de que Dilma teria recebido na eleição de 2010 uma doação de 510 reais de uma ex-beneficiária do Bolsa Família, chamado por ele de “bolsa preguiça”. Dias depois, a doação, registrada na prestação de contas de Dilma entregue à Justiça eleitoral, virou notícia nos meios de comunicação. O Ministério do Desenvolvimento Social acionou a doadora, Sebastiana da Mata, para saber se a contribuição era dela mesmo. Ela negou.

Por Twitter e Facebook Nogueira é um dos difusores da convocação para o “maior protesto da história do Brasil”, em 7 de setembro. Sua página no Twitter é ilustrada



Ari Nogueira, vulgo **Ary Kara**, militante do protesto, está na lista de **funcionários fantasmas** da Assembleia do Paraná

com o dizer “Partido Anti Petralha”, forma depreciativa de se referir aos militantes petistas bastante difundida na rede de computadores. No Orkut, define-se como “conservador de direita” e manifesta preferência pelo PSDB. Até junho de 2012, era assessor do presidente do partido no Paraná, como contratado na Assembleia. Deixou o gabinete para trabalhar na campanha à reeleição do então prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, que concluía o mandato herdado em 2010 do atual governador do Paraná, o tucano Beto Richa.

Em 2010, uma série de denúncias levou o MP estadual a abrir um inquérito

para apurar uma lista com mais de mil supostos funcionários fantasmas na Assembleia. Nogueira a integrava. Desde então, alguns suspeitos foram denunciados e julgados. O caso de “Ary Kara” segue em aberto. O promotor Rodrigo Chemim aguarda uma autorização judicial para quebrar o sigilo bancário do investigado. Espera ainda por respostas de empresas de segurança onde Nogueira teria trabalhado, enquanto deveria dar expediente no Parlamento estadual.

Rossoni, antigo patrão de Nogueira, foi investigado pelo Ministério Público por uso de caixa 2 na eleição de 2010, pois parte dos gastos de sua campanha não estava comprovada. Ao julgar o caso em agosto do ano seguinte, o Tribunal Regional Eleitoral reconheceu a existência de despesas de pagamento sem a devida comprovação, mas os valores foram considerados baixos e o deputado acabou absolvido por 4 votos a 2.

Reeleito à presidência da Assembleia, o tucano foi recentemente acusado de receber benefícios de empresas donas de contratos de rodovias privatizadas no Paraná. Durante mais de dois anos, o parlamentar conseguiu barrar a criação de uma CPI do Pedágio no estado. Perdeu, porém, a guerra. A comissão parlamentar de inquérito foi instalada no mês passado. •

Nada a ver com os 20 centavos

SÃO PAULO Diante de mais um exemplo da violência policial, a periferia sai às ruas

POR MATHEUS PICHONELLI E PIERO LOCATELLI

UM CAMINHÃO-TANQUE foi roubado e guiado na contramão na Rodovia Fernão Dias durante um protesto na segunda-feira 28. A saída de São Paulo em direção a Belo Horizonte parecia cenário de guerra: veículos incendiados, lojas saqueadas e o comércio fechado desde cedo. A depredação, desta vez, não foi provocada por jovens adeptos da tática black bloc, mas por moradores da periferia indignados com a morte de mais uma vítima da violência policial.

Os protestos na zona zorte começaram após Douglas Rodrigues, de 17 anos, ser morto pelo policial militar Luciano Pinheiro Bispo, enquanto andava com seu irmão de 12 anos na Vila Medeiros, bairro pobre da região, na tarde de domingo 20. O policial disparou ao descer do carro para atender a uma reclamação de som alto na região. Bispo vai responder por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. O tiro, jura o PM, foi disparado acidentalmente, versão contestada pela família.

A radicalidade lembra outros protestos na periferia. Ainda em outubro, manifestantes bloquearam uma linha de trem e incendiaram galpões na região da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano em Ermelino Matarazzo, na zona leste. Durante seis horas, cerca de 300 moradores montaram uma barricada e isolaram a região.

Não havia movimento social articulado ou partidos envolvidos. No chão da rua, os manifestantes escreveram: “Moradia, só queremos moradia”.

Os atos escancaram o estado de nervos entre polícia e população na maior cidade do País. Dois dias antes do assassinato de Rodrigues, o tenente-coronel Reynaldo Simões Rossi foi agredido por manifestantes black blocs no Centro da capital durante um ato da semana de luta pelo transporte público. Isolado no bairro pobre, o pré-adolescente não teve a morte registrada pela tevê ou a mesma cobertura dos jornais. No caso de Rossi, os meios de comunicação tradicionais voltaram a cobrar uma resposta incisiva da

Pablo Ortellado, da USP: “Um processo consistente de ocupação na zona sul permanece sem cobertura da mídia”



polícia contra os manifestantes. Sobre os abusos cometidos pela polícia no mesmo dia, no Centro, silêncio. Naquela sexta, a PM permitiu a destruição de uma parte do Parque Dom Pedro II antes de cercar manifestantes que cantavam pacificamente nas escadarias da Praça da Sé. Os instrumentos musicais foram quebrados entre bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha disparadas ao léu.

Em ambos os casos, o governo federal ofereceu apoio ao governo de São Paulo. A presidenta Dilma Rousseff usou sua conta oficial no Twitter para manifestar solidariedade ao militar agredido, mas levou dois dias para dizer algo a respeito do jovem assassinado. Diante das chamadas

“Moradia, só queremos moradia”, dizia uma inscrição no asfalto



APM tenta conter a revolta por causa de mais um assassinato sem justificativa

sua invisibilidade nos meios de comunicação. Note que, antes da revolta, o assassinato gratuito de um garoto teve muito menos repercussão política e midiática que a agressão ao coronel da PM.”

Haveria também uma tentativa de criminalizar a ação na periferia, atribuída pela Secretaria de Segurança Pública à influência do PCC. No dia da depredação do Parque Dom Pedro II, quase cem manifestantes foram presos e nenhum deles tinha antecedentes criminais. No ato da Vila Medeiros, foram detidos 77 manifestantes, 20 deles com passagem pela polícia.

O paralelo e as diferenças entre as duas manifestações levam o cientista social Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Unesp, a identificar uma “espiral da violência” em São Paulo. “Agressões sempre tendem a gerar agressões. Espancar um coronel da polícia pode provocar desejo de vingança na PM e, com isso, levar ao uso ainda maior da força. Espirais de violência seguem essa lógica, sempre.”

Para Nogueira, autor do livro *As Ruas e a Democracia*, as circunstâncias poderiam levar o crime organizado a atuar ao lado dos manifestantes. “Na periferia, onde se pode imaginar que haja maior presença de associações como o PCC, por que ele não atuaria? Pode atuar, seja por ser parte envolvida, pois seus integrantes também enfrentam os problemas denunciados, seja por interesse: o caos não lhe é propriamente ruim.”

Quando o Estado abusa da repressão, os ânimos dos manifestantes se exaltam e as pautas ficam cada vez menos claras, reflete. Para o estudioso, seria necessário buscar um pacto entre oposição e situação por um plano de recuperação das periferias ou de desmilitarização da polícia. “Sem isso, será difícil dar algum passo adiante.”

ações diretas dos manifestantes, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que o governo busca interlocutores no movimento Black Bloc. “Até que ponto a cultura de violência vivida na periferia já emigrou para esse tipo de ação?”, reflete Carvalho.

Para o ativista e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Pablo Ortellado, existem paralelos entre as manifestações na Vila Medeiros e a realizada na região central. Segundo ele, desde junho as manifestações nas regiões centrais têm sido acompanhadas de mobilizações simultâneas na periferia, mas a maioria delas acaba ignorada pela mídia. “Em julho, por exemplo, manifestações muito pequenas na Avenida Paulista,

com poucas dezenas de adeptos, ganharam manchetes nos jornais. Enquanto isso, um processo consistente de ocupações urbanas na periferia da zona sul permaneceu praticamente sem cobertura”, diz Ortellado. O argumento dele é referendado pelos protestos que aconteceram na estrada do M’Boi Mirim, no Grajaú e no Campo Limpo durante a última semana.

Outro paralelo, afirma o professor, está no fato de os dois protestos terem origem na baixa visibilidade da violência policial. O black bloc surgiu porque a mídia não cobria a violência policial e, conseqüentemente, ignorava a desobediência civil pacífica. “Assim como os black blocs, a ação das comunidades da zona norte é uma reação ao abuso policial e



Renato Sérgio de Lima

É vice-presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Pesquisador associado do Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas da Direção GV-CPJA e do Núcleo de Estudos da Violência da USP.



A cultura da paz

POLÍTICA PÚBLICA O próximo presidente, seja quem for, não pode escapar do debate sobre a reformulação das polícias

POR RENATO SÉRGIO DE LIMA

O ANO DE 2013 ficou marcado como aquele em que a segurança pública voltou à agenda política, sobretudo a partir da atuação das polícias nas jornadas de junho, quando ficou explícita a falência de um modelo que valoriza antagonismos e disputas e que não soube lidar com o caráter difuso das manifestações. Para além desse fato, os principais dirigentes políticos no Brasil teimam, porém, em aceitar que segurança pública não é um problema restrito aos estados, mas uma questão vital ao País e que envolve União, estados, Distrito Federal e municípios, bem como os Ministérios Públicos e os três Poderes da República.

E, nesse contexto, os dados publicados pelos anuários brasileiros de segurança pública indicam que o nosso sistema é ineficiente e convive com padrões operacionais inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, com baixas taxas de esclarecimentos de delitos e precárias condições de encarceramento. Não conseguimos oferecer serviços de qualidade, reduzir a insegurança e aumentar a confiança da população nas instituições. Em 2012, pela primeira vez na história, os estupros atingiram a marca de mais de 50 mil registros num ano e superaram os homicídios.

Falar de segurança pública hoje no Brasil não se resume, portanto, a defender necessárias medidas de combate à violência e à criminalidade, mas ter coragem política e institucional para assumir um pacto pela promoção de uma vida digna e em paz para parcelas majoritárias da população. E, para tanto, seja quem for o vencedor da eleição deste ano para a Presidência da República, não poderá se furtar de induzir debates acerca de um projeto de uma nova polícia no País e de ações de todas as esferas para mudar um quadro que torna o Brasil um dos lugares mais inseguros e violentos do mundo.

Debates que, por sua vez, devem superar a tradicional dicotomia entre ações incrementais de gestão e iniciativas políticas para a indução de reformas legais, na medida em que ambos os processos políticos são faces de um mesmo movimento de modernização da segurança pública. De nada adianta transformar a gestão em fim em si mesmo de um sistema caduco.

Isso significa que resultados de longo prazo só poderão ser obtidos mediante reformas estruturais que enfrentem alguns temas sensíveis, tais como: a distribuição e a articulação de competências entre União, estados e municípios e



A reação das tropas de choque aos protestos colocou o tema da segurança no topo das prioridades





FOTOS: WILLIAM VOLCOV/BRAZIL PHOTO PRESS/ESTADÃO CONTEUDO, JOSÉ PATRÍCIO/ESTADÃO CONTEUDO E DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO CONTEUDO

Segurança



Envolver a comunidade é essencial

a criação de mecanismos efetivos de cooperação entre eles e demais Poderes, a reforma do modelo policial e o estabelecimento de requisitos mínimos nacionais para as instituições de segurança pública, no que diz respeito à formação dos profissionais, transparência e prestação de contas, uso da força e controle externo.

Há, desse modo, toda uma agenda de modernização da segurança pública que pode ser acionada por quem vencer as eleições de outubro. A despeito das elevadas taxas de violência e criminalidade, há avanços em determinados locais, capazes de provocar mudanças pontuais no “modelo de segurança”, e que podem servir de ponto de partida para o diálogo.

Dentre as ações com maior êxito em conter as taxas de violência e crime, mostra a história recente, estão aquelas baseadas no envolvimento da comunidade, associadas a práticas integradas de gestão. Há, portanto, uma profícua aliança entre técnica e política. As melhores práticas observadas têm se concentrado em

um tripé: aproximação com a população, uso intensivo de informações e sistemas de metas e aperfeiçoamento da inteligência e da investigação.

Diante do exposto, percebe-se que há muito sendo feito, com inovações e esforços significativos de diferentes governos para melhorar a área no País. Mas até por dispormos de um conjunto grande de soluções e experiências, a pergunta que fica é por que, então, o Brasil ainda convive com taxas de crime e violência tão elevadas?

Em primeiro lugar, não há resposta fácil para essa pergunta, mas algumas considerações podem ser feitas a partir das várias iniciativas colocadas em prática nos últimos anos, entre elas as UPPs (RJ), o Pacto Pela Vida (PE) e/ou a redução dos homicídios em São Paulo. Por esse raciocínio, é possível identificar falhas na execução dos programas que, se enfrentadas pelo novo governo saído das urnas em outubro, poderão significar um novo Brasil, mais digno e seguro. São elas:

A O baixo grau de institucionalização, com falta de padronização de procedimentos e ações.

B A falta de diálogo com as lideranças e organizações sociais locais na implantação das unidades, conferindo à política um caráter vertical.

C A falta de comunicação com a comunidade também na execução das atividades, impedindo que haja responsabilização e apropriação por parte desta em relação ao projeto.

D A desmotivação dos policiais que atuam nas unidades territoriais, com falta de incentivos, de treinamento e de uma real compreensão do sentido da polícia de comunidade e da importância da prevenção do crime.

E A desconsideração das peculiaridades locais e demandas específicas de segurança em cada localidade.



FA falta de conexão e vínculo entre juventude, o bairro em que os jovens vivem e as polícias.

GO número reduzido de projetos e programas que priorizam ações de accountability (transparência/prestação de contas), muitas vezes justificando que as informações são de natureza estratégica e que primeiro devem ser utilizadas na gestão das políticas (permanência da lógica do segredo).

As experiências nacionais dos últimos anos sinalizam um conjunto de lições aprendidas que devem servir de baliza para a formulação e execução de projetos de segurança pública pelos candidatos à Presidência e aos demais cargos. São elas:

1 Corporativismos e resistências organizacionais ao modelo de segurança cidadã, que muitas vezes se apresentam como barreiras ao desenvolvimento desse tipo de estratégia (divisões e conflitos entre os policiais da direção e os da ponta da linha; divisões e conflitos entre a polícia e

outros setores da administração pública), podem ser eficazmente enfrentados por meio do investimento em treinamento específico e aprofundado e com medidas de modernização normativa.

2 A falta de capacidade de muitas organizações policiais de monitorar e avaliar o próprio trabalho deve ser enfrentada a partir de programas e associações com universidades, centros de pesquisa e setor privado, com o objetivo de desenvolver intervenções que estejam previamente desenhadas para avaliação e monitoramento contínuos.

3 Programas com foco específico para a juventude (incluindo a negra) tendem a ter resultados mais sustentados ao longo do tempo.

4 A relação que os municípios, estados e União estabelecem quanto à segurança pública não segue um padrão predeterminado. A natureza dessa

realidade vai depender, principalmente, do relacionamento de cada município com cada estado e com a União, com baixa interlocução com as polícias. O mais interessante seria que todos trabalhassem de forma cooperativa e a partir de uma instância de coordenação, integração e pactuação, à semelhança do SUS.

5 Estratégias que priorizam a radicalização da transparência e o fortalecimento de mecanismos de controle, requisitos básicos da democracia e da garantia de Direitos Humanos, tendem a ter um grau de institucionalidade maior e mais eficiente do que ações focalizadas apenas na dimensão da modernização tecnológica da gestão das políticas de segurança pública.

6 Os dados sobre gastos com segurança publicados pelos anuários brasileiros indicam a necessidade de os governos dedicarem maior atenção ao tema do financiamento e dos mecanismos de cooperação federativa entre os diferentes níveis de governo. Os gastos têm aumentado em um ritmo muito superior ao crescimento do País.

Em síntese, sem uma pauta de reformas estruturais, que inclui mudanças legislativas e fomento às novas práticas organizacionais lastreadas em fortes elos com a transparência e prestação de contas, o fortalecimento de mecanismos de controle e o incentivo à participação social, pouco conseguiremos avançar. Os antagonismos hoje presentes devem ser convertidos em janelas de oportunidade para a construção de consensos e paradigmas legais e organizacionais mais alinhados com a perspectiva da segurança pública como prestação de um serviço para a sociedade e não imposição da vontade do Estado. Desse modo, a principal tarefa de quem vencer as eleições é, portanto, priorizar politicamente a segurança pública e fugir da tentação de reduzi-la a uma agenda isolada e meramente gerencial. •